

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

ÁFRICA SUBSARIANA

Um caminho difícil para a recuperação

OUT
2020



Estudos económicos e financeiros

Perspetivas económicas regionais

África Subsariana

Um caminho difícil para a recuperação



©2020 Cataloging-in-Publication Data

IMF Library

Names: International Monetary Fund, publisher.

Title: Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa : a difficult road to recovery

Other titles: Sub-Saharan Africa : a difficult road to recovery |
World economic and financial surveys.

Description: Washington, DC : International Monetary Fund, 2020. | Oct. 20. | Includes bibliographical references.

Identifiers: ISBN 9781513557601 (English Paper)

9781513557991 (English ePub)

9781513558004 (English Web PDF)

9781513557984 (Portuguese Paper)

9781513558059 (Portuguese ePub)

9781513558066 (Portuguese Web PDF)

Subjects: LCSH: Economic forecasting—Africa, Sub-Saharan| Africa, Sub-Saharan—Economic conditions. | Economic development—Africa, Sub-Saharan.

Classification: LCC HC800.R43 202s

O relatório sobre as *Perspetivas económicas regionais para a África Subsariana* é publicado duas vezes ao ano, na primavera e no outono, e passa em revista a evolução económica da região. As projeções e considerações de política económica nele apresentadas são as do corpo técnico do FMI e não representam necessariamente os pontos de vista do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção-Geral.

Os pedidos podem ser feitos online, por fax ou por correio:

International Monetary Fund, Publication Services

P.O. Box 92780, Washington, DC 20090 (USA)

Tel.: (202) 623-7430 Fax: (202) 623-7201

E-mail : publications@imf.org

www.imf.org

www.elibrary.imf.org

Índice

Agradecimentos	iv
Sumário executivo	v
Um caminho difícil para a recuperação	1
Desenvolvimentos recentes e perspectivas	1
Riscos para as perspectivas	5
A resposta à crise.....	6
Criar espaço para relançar o crescimento	9
A importância do financiamento externo	14
Construir um futuro melhor	15
Apêndice estatístico	19
Caixas	
1.1. Desenvolvimentos orçamentais relacionados com a COVID-19.....	16
1.2. A COVID-19 e a dívida pública na África Subsariana	17
1.3. Satisfazer as necessidades financeiras da região	18
Figuras	
1.1. África Subsariana: Diferencial do índice de obrigações vs. referência dos EUA.....	2
1.2. África Subsariana: Fluxos de entrada de remessas por origem, 2010–20	2
1.3. Economias selecionadas: Novos casos de COVID-19, 2020	2
1.4. África Subsariana: Crescimento do PIB real, dados e previsões de muito curto prazo, 2018–20	3
1.5. África Subsariana: Chegadas de voos em países dependentes do turismo, 2018–20	3
1.6. África Subsariana: PIB real, 2019–24	4
1.7. Países da África Subsariana selecionados: Inflação dos preços dos produtos alimentares, 2018–20	5
1.8. África Subsariana: Duração da recuperação	5
1.9. África Subsariana: Situação de risco da dívida de países de baixos rendimentos elegíveis ao PRGT, 2015–20	7
1.10. Economias selecionadas: Resposta orçamental à COVID-19, 2020	7
1.11. Economias selecionadas: Saldo orçamental e dívida pública, 2018–22.....	7
1.12. África Subsariana: Variação das taxas de política monetária desde janeiro de 2020.....	9
1.13. África Subsariana: Pressão no mercado cambial, 2019–20	11
1.14. África Subsariana: Índice de Desenvolvimento Humano, 2007–20	13
1.15. Países da África Subsariana selecionados: Receitas face a 2019	13

Agradecimentos

A edição de outubro de 2020 do relatório sobre as *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana* foi preparada por uma equipa liderada por Andrew Tiffin sob a supervisão de Papa N'Diaye e Catriona Purfield.

A equipa foi composta por Cian Allen, Aqib Aslam, Reda Cherif, Seung Mo Choi, Xiangming Fang, Michael Gorbanyov, Cleary Haines, Shushanik Hakobyan, Franck Ouattara, Henry Rawlings e Manchun Wang. O relatório contou com contributos específicos de Ivohasina Razafimahefa.

Charlotte Vazquez foi responsável pela produção do relatório, com a assistência de Erick Trejo Guevara.

A edição final e produção foram supervisionadas por Cheryl Toksoz, do Departamento de Comunicação.

As seguintes convenções foram utilizadas nesta publicação:

- Nas tabelas, uma célula em branco indica “não se aplica”; a elipse (. . .) indica “dados não disponíveis” e 0 ou 0,0 indicam “zero” ou “negligenciável”. Pequenas discrepâncias entre os totais e a soma das suas componentes devem-se a arredondamentos.
- O sinal (–) entre anos ou meses (por exemplo, 2019–20 ou janeiro–junho) indica o período coberto, do primeiro ao último ano ou mês; o sinal (/) entre anos ou meses (por exemplo, 2005/06) indica um exercício orçamental ou financeiro, assim como a abreviatura EF (por exemplo, EF 2006).
- “Ponto base” significa um centésimo de 1 ponto percentual (por exemplo, 25 pontos base são equivalentes a $\frac{1}{4}$ de 1 ponto percentual).

Sumário Executivo

Síntese das Perspetivas Económicas Regionais para a África Subariana – Outubro de 2020

- Confrontados com uma crise económica e sanitária sem precedentes, os países atuaram rapidamente com vista a proteger os seus cidadãos do pior da crise. No entanto, num contexto de elevados custos económicos e sociais, muitos têm estado a reabrir as suas economias.
- As perspetivas atuais para 2020–21 permanecem, globalmente, inalteradas face à atualização de junho, com a contração projetada da atividade em 3,0%, em 2020, o que continua a constituir os piores resultados alguma vez registados. Isto representa uma diminuição do rendimento real per capita de 5,3%, o que implica um retrocesso nos rendimentos per capita para os níveis de 2013. Em 2021, o crescimento regional deverá recuperar ligeiramente para 3,1%.
- Estas perspetivas estão sujeitas à revisão em sentido descendente de alguns dos principais riscos, em particular no que se refere à trajetória da pandemia da COVID-19, à resiliência dos sistemas de saúde da região e à disponibilidade de financiamento externo.
- Os decisores políticos que pretendem reavivar as suas economias terão agora menos recursos e serão provavelmente confrontados com algumas escolhas difíceis. Segundo as tendências atuais, é provável que se continuem a verificar défices de financiamento consideráveis e, sem uma assistência financeira adicional significativa, muitos países terão dificuldade em, simplesmente, manter a estabilidade macro-económica e, em simultâneo, satisfazer as necessidades básicas das suas populações.
- A necessidade de reformas internas transformadoras para promover a resiliência (incluindo a mobilização de receitas, a digitalização e o fomento de uma melhor transparência e governação) é mais urgente do que nunca.

A África Subariana está a enfrentar uma crise sanitária e económica sem precedentes que, em apenas alguns meses, comprometeu anos de árduos ganhos de desenvolvimento e abalou as vidas e os meios de subsistência de milhões de pessoas. A pandemia tardou a chegar na África Subariana e as taxas de infeção foram relativamente baixas por comparação com outras partes do mundo. No entanto, o ressurgimento de novos casos em muitas economias avançadas e o espectro de surtos repetidos na região sugerem ser provável que a pandemia continue a constituir uma preocupação muito real ainda durante algum tempo.

Todavia, num contexto de elevados custos económicos e sociais, os países estão agora cautelosa-mente a começar a reabrir as suas economias e a procurar políticas para relançar o crescimento. Com a imposição dos confinamentos, a atividade económica regional diminuiu acentuadamente durante o segundo trimestre de 2020, mas com uma flexibilização das medidas de confinamento, o aumento dos preços das matérias-primas e a flexibilização das condições financeiras, registaram-se

alguns sinais preliminares de uma recuperação no segundo semestre do ano.

No geral, projeta-se que a região registe uma contração de -3,0% em 2020. O maior impacto da crise no crescimento verificou-se nas economias dependentes do turismo, tendo os países exportadores de matérias-primas sido também duramente afetados. O crescimento nas economias mais diversificadas abrandará significativamente, mas, em muitos casos, continuará a ser positivo em 2020.

Em termos prospetivos, prevê-se um crescimento regional de 3,1% em 2021. Trata-se de uma expansão inferior ao esperado em grande parte do resto do mundo, o que reflete, parcialmente, o espaço de política relativamente limitado da África Subariana para sustentar uma expansão orçamental. Os fatores determinantes do crescimento no próximo ano incluirão uma melhoria das exportações e dos preços das matérias-primas à medida que a economia mundial recuperar, associada a uma retoma tanto do consumo privado como do investimento.

As perspetivas atuais estão sujeitas a uma incerteza superior à habitual e dependem simultaneamente da persistência do choque da COVID-19, da disponibilidade de apoio financeiro externo e da disponibilidade de uma vacina eficaz, acessível e fiável. Outros riscos incluem a instabilidade política ou o regresso de choques relacionados com o clima, como inundações ou secas.

Em matéria de políticas, nos países onde a pandemia persiste, a prioridade continua a ser salvar vidas e proteger os meios de subsistência. No entanto, nos países onde a pandemia está mais controlada, um conjunto de políticas ideal incluiria uma reversão gradual das medidas de auxílio específicas da crise, um reequilíbrio da despesa orçamental para apoiar a procura agregada e a continuação de uma política monetária acomodatória nos casos em que as pressões inflacionistas continuarem contidas. Mas relativamente poucos países da África Subariana disporão de margem para ajustar as políticas com tanta facilidade. Com efeito, a região entrou na crise da COVID-19 com um espaço orçamental significativamente menor do que dispunha no início da crise financeira mundial e também, em geral, mais limitado do que noutras partes do mundo. Os países tiveram de adaptar a sua resposta de política económica em conformidade e desenvolver formas novas e inovadoras de canalizar os escassos recursos para aqueles que mais deles necessitam. A carga sobre as políticas monetárias e prudenciais também aumentou, em conjunto com a utilização de medidas de emergência temporárias, tais como limites máximos de preços de bens essenciais.

No futuro próximo, os recursos limitados significarão que os decisores políticos que pretendem reavivar as suas economias serão confrontados com algumas escolhas difíceis. Tanto a política orçamental como a política monetária terão de equilibrar as necessidades de impulsionar a economia e de manter a sustentabilidade da dívida, a estabilidade externa e a credibilidade no mais longo prazo. A regulamentação e a supervisão financeiras terão de ajudar os bancos e as empresas afetados pela crise, sem comprometer a capacidade de o sistema financeiro apoiar o crescimento no

mais longo prazo. E estes esforços têm também de ser equilibrados face à necessidade de manter a estabilidade social, preparando simultaneamente o caminho no sentido de um crescimento sustentado e inclusivo no longo prazo.

Navegar num desafio de política tão complexo não será fácil e exigirá a continuação do apoio externo. De facto, sem uma assistência significativa, muitos países terão dificuldade em, simplesmente, manter a estabilidade macroeconómica e, em simultâneo, satisfazer as necessidades básicas da sua população. Neste contexto, o FMI avançou prontamente em 2020 para ajudar a cobrir uma parte significativa das necessidades da região e para catalisar o apoio adicional da comunidade internacional. Mas, prospectivamente, a África Subariana enfrenta défices de financiamento consideráveis. Se a entrada de fluxos financeiros privados se mantiver abaixo dos seus níveis anteriores à crise – e mesmo tendo em conta os compromissos existentes das instituições financeiras internacionais e dos credores bilaterais oficiais – a região pode enfrentar um défice na ordem dos USD 290 mil milhões. Isto é importante, uma vez que um défice de financiamento mais elevado pode obrigar os países a adotar um ajustamento orçamental mais abrupto, o que, por sua vez, resultaria numa recuperação mais débil.

Os países também têm de fazer a sua parte – prosseguir com as reformas de governação não só aumentará a confiança no Estado de direito e melhorará as condições comerciais, mas também incentivará o apoio externo.

Apesar dos efeitos persistentes da crise, o potencial da região e o engenho da sua população permanecem intactos, e explorar este potencial será vital para que a região possa reencontrar o seu caminho no sentido de uma trajetória de desenvolvimento sustentável e inclusiva. Neste contexto, a necessidade de reformas transformadoras para promover a resiliência é mais urgente do que nunca, em particular nos domínios da mobilização de receitas, da digitalização, da integração do comércio, da concorrência, da transparência e da governação, assim como da mitigação das alterações climáticas.

Um caminho difícil para a recuperação

A África Subsariana está a enfrentar uma crise sanitária e económica sem precedentes que, em apenas alguns meses, comprometeu anos de árduos ganhos de desenvolvimento e abalou as vidas e os meios de subsistência de milhões de pessoas.

As perspetivas atuais para 2020–21 estão, globalmente, em linha com a atualização de junho, com a contração projetada da atividade nuns extraordinários –3,0%, em 2020, o que continua a representar os piores resultados alguma vez registados. Para 2021, o crescimento regional deverá recuperar de forma modesta para 3,1%, mas muitos países não regressarão aos níveis de produção de 2019 até 2022–24. E mesmo este resultado está sujeito à revisão em sentido descendente de alguns dos principais riscos, em particular no que se refere à trajetória em curso da doença do coronavírus (COVID-19), à resiliência dos sistemas de saúde fortemente pressionados da região e às perspetivas de financiamento externo.

Até à data, os países atuaram rapidamente com vista a proteger os seus cidadãos do pior da crise, mas num contexto de elevados custos económicos e sociais, tendo começado a reabrir cautelosamente as suas economias.

Neste cenário, os decisores políticos que pretendem reavivar as suas economias dispõem agora de menos recursos e serão provavelmente confrontados com algumas escolhas difíceis. Segundo as tendências atuais, é provável que se continuem a verificar défices de financiamento consideráveis e, sem uma assistência financeira adicional significativa, muitos países terão dificuldade em, simplesmente, manter a estabilidade macroeconómica e, em simultâneo, satisfazer as necessidades básicas da sua população. Outros podem ser forçados a fazer face a um ónus da dívida claramente insustentável.

Além disso, as decisões tomadas no curto prazo podem ter consequências significativas para a forma e a sustentabilidade da trajetória de desenvolvimento de cada país no mais longo prazo. A necessidade de reformas transformadoras para promover a resiliência (incluindo a mobilização de receitas, a digitalização e o fomento de uma melhor transparência e governação) é mais urgente do que nunca. E este esforço pode ser complicado devido à possibilidade de o mundo pós-COVID-19 poder ser consideravelmente diferente do que o previsto há apenas 12 meses; não só em termos de novas preferências e riscos para as famílias,

mas também em termos de perturbações das cadeias de fornecimento e das relações comerciais. Embora o financiamento externo proveniente de parceiros para o desenvolvimento seja essencial – em conjunto com o investimento do setor privado – as reformas devem tirar partido das lições da crise para dar prioridade a uma resiliência mais generalizada.

DESENVOLVIMENTOS RECENTES E PERSPETIVAS

Uma recuperação mundial, mas suscetível a reveses...

Recessão mundial e uma recuperação desigual.

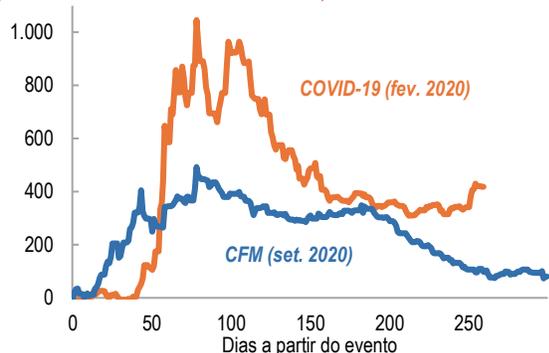
As projeções atuais sugerem que o crescimento mundial se irá contrair –4,4% em 2020 e recuperar 5,2% em 2021. A projeção de crescimento da economia mundial em 2020 é melhor do que as nossas previsões de junho, ao passo que as projeções para 2021 são inferiores às previsões de junho. A contração deste ano esteve, de um modo geral, sincronizada e concentrada no segundo trimestre de 2020, mas prevê-se que a retoma do próximo ano seja mais desigual – com uma recuperação relativamente rápida projetada para a China e as principais economias da área do euro e uma expansão um pouco mais moderada nos Estados Unidos.

Este ano, e até à data, o comércio mundial diminuiu 3,5% no primeiro semestre de 2020, as viagens e o turismo mundiais estagnaram e os preços do petróleo situaram-se em USD 41,5 por barril (32% inferior face a 2019). Os preços dos metais de base e de outras matérias-primas também registaram uma descida.

Condições financeiras difíceis. As condições financeiras mundiais têm sido mistas. As saídas de capitais das economias de mercados emergentes e de fronteira registaram um aumento acentuado no início da crise, o que provocou um forte alargamento dos diferenciais das taxas de juro (Figura 1.1). Entre fevereiro e março, as saídas de capitais da África Subsariana ascenderam a USD 5 mil milhões. Desde junho, porém, verificou-se um princípio de retomada das entradas de capital na região (USD 1,3 mil milhões entre junho e setembro) e os diferenciais de juros estreitaram-se. Não obstante, os custos de endividamento continuam a ser superiores aos prevalecentes na sequência da crise financeira

Figura 1.1. África Subsariana: Diferencial do índice de obrigações vs. referência dos EUA

(Pontos base, acumulado desde o evento)



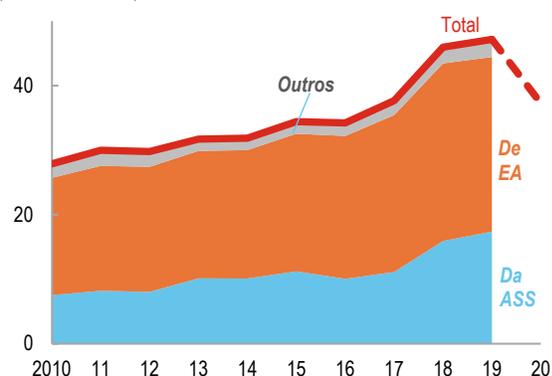
Fontes: Bloomberg LLC; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: CFM = crise financeira mundial.

mundial e as condições financeiras permanecem difíceis – os mutuários da África Subsariana ainda não retornaram ao mercado mundial de Eurobonds e os prémios de risco ainda são voláteis. Globalmente, as principais componentes dos fluxos de capitais para a região, incluindo o investimento direto estrangeiro (IDE) e outros fluxos de investimento, situam-se em mínimos históricos, podendo estes demorar mais tempo a recuperar do que os fluxos de investimento de carteira¹. Além disso, as entradas de remessas na região deverão diminuir cerca de 20% em 2020 – uma preocupação premente, tendo em conta que as remessas ultrapassaram o IDE e os fluxos de ajuda oficial para o desenvolvimento nos últimos anos (Figura 1.2). As remessas líquidas na Nigéria, por exemplo, diminuíram 40% no segundo trimestre.

Figura 1.2. África Subsariana: Fluxos de entrada de remessas por origem, 2010–20

(USD mil milhões)



Fontes: Banco Mundial, Bilateral Remittance Matrix; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: ASS = África Subsariana; EA = economias avançadas.

¹ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI) 2020. “Emerging and Frontier Markets: Managing Volatile Portfolio Flows”. Capítulo 3 de *Global Financial Stability Report: Markets in the Time of COVID-19*, Washington, DC, abril.

...uma pandemia prolongada...

Embora se esteja a verificar um novo aumento de casos em algumas economias avançadas, na África Subsariana a pandemia foi ligeiramente tardia (Figura 1.3) e foi dominada pela chegada de novos casos na África do Sul. Com a notável exceção da África do Sul, existem indicações de que a propagação do vírus tem sido mais limitada no resto da região. Mas não há margem para complacência, tendo em conta os aumentos recentes noutros países nas últimas semanas (Etiópia). Além disso, os testes limitados sugerem que o número de casos pode estar a ser subestimado em muitos países da região.

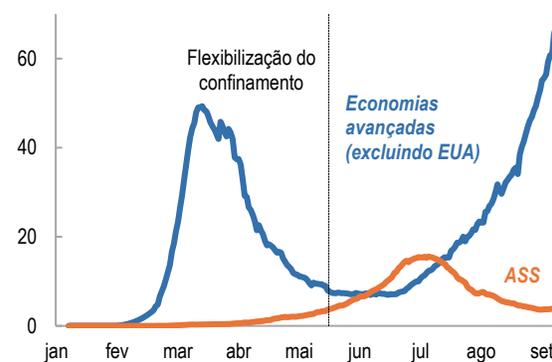
Reabertura na África Subsariana. A maioria dos países da África Subsariana começou a flexibilizar os seus requisitos de confinamento em finais de abril (à semelhança de outras regiões), apesar de muitos se encontrarem numa fase um pouco mais precoce do seu perfil epidemiológico em relação à pandemia.

...e perspectivas moderadas no curto prazo.

A atividade diminuiu acentuadamente no segundo trimestre. Os indicadores de alta frequência para a região estão globalmente em linha com as projeções da *Atualização das Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana* de junho de 2020. Eles apontam para um declínio acentuado da atividade no segundo trimestre de 2020 – o que coincide com a imposição de confinamentos em toda a região – e para alguns sinais preliminares de recuperação desde

Figura 1.3. Economias selecionadas: Novos casos de COVID-19, 2020

(Média móvel de 7 dias, por milhão de habitantes)



Fontes: Johns Hopkins University Center for Systems Science and Engineering COVID-19 Tracker; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: ASS = África Subsariana.

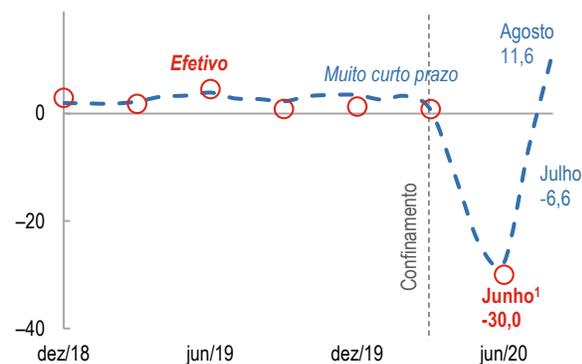
junho, refletindo uma flexibilização das medidas de confinamento, o aumento dos preços das matérias-primas e o alívio das condições financeiras (Figura 1.4). Os indicadores de mobilidade sugerem que a atividade não residencial regressou agora quase aos níveis anteriores à COVID-19, acompanhada por uma melhoria paralela em termos de horas trabalhadas.

Nenhum país foi poupado. A economia regional irá contrair-se $-3,0\%$ em 2020, quase 7 pontos percentuais abaixo das previsões do FMI de há apenas 12 meses. O maior impacto no crescimento tem sido o das economias dependentes do turismo, como as Maurícias e as Seicheles – ambas com uma redução de cerca de 17 pontos percentuais por comparação com as *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana* de outubro de 2019 (Figura 1.5). Os países exportadores de petróleo foram também duramente atingidos, com uma contração média de $-4,0\%$ projetada em 2020, ao passo que se prevê que os exportadores de produtos não petrolíferos registem uma contração de $-4,6\%$. O crescimento em economias mais diversificadas (por exemplo, Côte d'Ivoire e Ruanda) abrandará significativamente, mas continuará a ser positivo em 2020.

Em 2021, a África Subsariana irá recuperar apenas gradualmente. As previsões do crescimento regional no próximo ano apontam para $3,1\%$. Trata-se de uma expansão menor do que o previsto em grande parte do resto do mundo, o que reflete, em certa medida, um espaço de política limitado para sustentar uma orientação orçamental mais expansionista na maioria dos países

Figura 1.4. África Subsariana: Crescimento do PIB real, dados e previsões de muito curto prazo, 2018–20

(Em percentagem, em termos trimestrais contínuos anualizados)



Fontes: Haver Analytics; autoridades nacionais; e cálculos do corpo técnico do FMI.

¹ Estimativa.

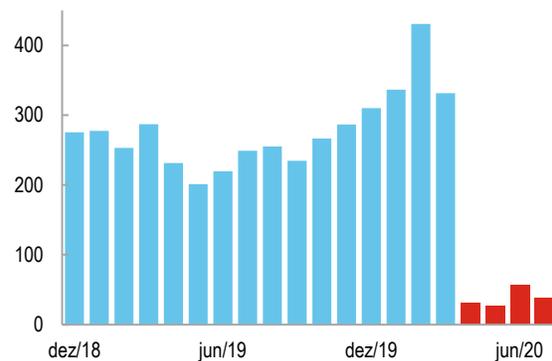
(ver “A resposta à crise”, adiante). Em comparação com as tendências anteriores à crise, as perdas de produção acumuladas decorrentes da pandemia ascenderão a cerca de 14% do PIB no período 2020–21. Os fatores determinantes do crescimento no próximo ano incluirão uma melhoria das exportações e dos preços das matérias-primas à medida que a economia mundial recuperar, associada a uma retoma tanto do consumo privado como do investimento: o primeiro como reflexo da flexibilização continuada das restrições dos confinamentos e o segundo beneficiado pelo regresso do IDE. A projeção do cenário de base parte do princípio de que, na maioria dos países, se mantenha algum distanciamento social (obrigatório ou voluntário) em 2021, atenuando-se depois até ao final de 2022, graças à expansão da cobertura das vacinas, maior eficácia dos tratamentos e redução da transmissão local para níveis baixos. E, de forma crítica, a previsão depende de uma retoma significativa do financiamento externo em 2020–23 (ver “Riscos para as perspetivas”, a seguir).

A região, no seu conjunto, não deverá retornar aos níveis de 2019 até 2022 (Figura 1.6). Em algumas das maiores economias da região (África do Sul, Angola, Nigéria), o PIB real não regressará aos níveis anteriores à crise até 2023 ou 2024.

- Na **África do Sul**, o crescimento irá contrair-se em $-8,0\%$ em 2020, devido sobretudo ao impacto das medidas de confinamento. O confinamento foi implementado em finais de março e flexibilizado no início de maio. A maioria das restrições à atividade foi já levantada. Este ano, o investimento, as exportações e o consumo privado deverão

Figura 1.5. África Subsariana: Chegadas de voos em países dependentes do turismo, 2018–20

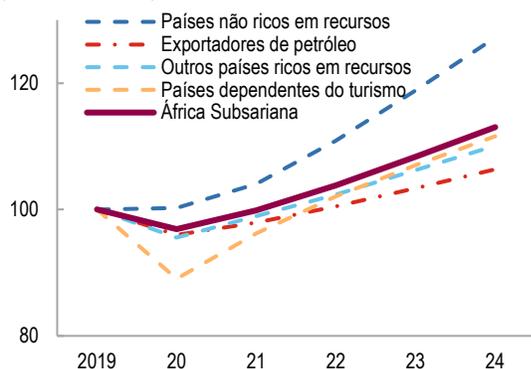
(Voos por mês, mediana)



Fontes: FlightRadar24; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 1.6. África Subsariana: PIB real, 2019–24

(Índice, 2019 = 100)

Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

diminuir, o que será compensado, em parte, pela redução das importações. A produção irá recuperar ligeiramente em 2021, crescendo 3,0%, e manterá, posteriormente, o dinamismo à medida que a confiança empresarial responde às reformas favoráveis ao crescimento.

- Na **Nigéria**, a economia registará uma contração de -4,3% em 2020 devido aos baixos preços do petróleo, à produção reduzida ao abrigo do acordo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e de outros grandes produtores de petróleo (OPEP+) e à diminuição da procura interna por causa do confinamento. Projeta-se que o crescimento recupere para apenas 1,7% em 2021, em resposta a preços do petróleo mais firmes e ao aumento da produção de petróleo.
- Em **Angola**, a crise veio agravar as vulnerabilidades existentes. Projeta-se agora que o PIB real diminua pelo quinto ano consecutivo. A economia irá contrair-se -4,0% em 2020, refletindo uma produção e preços do petróleo inferiores, a restritividade das condições de crédito e o declínio da atividade empresarial. Preços do petróleo e medidas de política de apoio mais firmes contribuirão para relançar a economia no curto prazo, com o regresso do crescimento a território positivo em 2021, ascendendo a 3,2%.
- A chegada tardia da pandemia à **Etiópia** propagou o choque para o terceiro trimestre de 2020. O setor rural e da agricultura de subsistência tem sido relativamente poupado, mas os serviços de turismo e de hotelaria foram muito duramente atingidos. Prevê-se que a recuperação se inicie gradualmente no

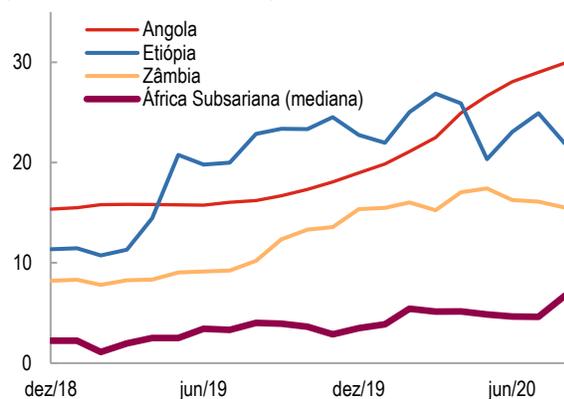
quarto trimestre de 2020, com o crescimento regressando às taxas anteriores à crise em 2022.

Os **países dependentes do turismo** (Cabo Verde, Comores, Gâmbia, Maurícias, São Tomé e Príncipe, Seicheles) enfrentam um desafio particularmente árduo. Para estes países, o turismo representa, em média, cerca de 18% do PIB, e desempenha um papel fundamental no apoio aos meios de subsistência (incluindo aproximadamente 25% do emprego total). O turismo é também uma importante fonte de receitas orçamentais (ascendendo a 18% das receitas nas Seicheles) e de moeda estrangeira (em média, mais de 46% das receitas das exportações). Apesar da recuperação mundial, não se prevê que as entradas de turistas regressem aos níveis de 2019 até 2023. A partir de uma base reduzida, contudo, as receitas começarão a melhorar em 2021, ajudando a apoiar a retoma do consumo privado e uma ligeira aceleração do investimento.

Nas **economias de fronteira e em situação frágil**, a despesa pública limitada afetará o crescimento em 2021, mas será compensada por um aumento do consumo e uma recuperação mais acentuada do investimento com financiamento estrangeiro. Nas economias frágeis – em especial no que se refere aos países do Sahel – os desafios em matéria de segurança e a instabilidade política (Mali) podem comprometer a recuperação esperada da confiança dos consumidores e dos investidores.

Tendo os preços diminuído de um máximo de dois dígitos em 2017, **projeta-se que a inflação média na África Subsariana aumente** de 8,5% em 2019 para 10,6% em 2020, refletindo sobretudo preços mais elevados dos produtos alimentares e o impacto da depreciação (Figura 1.7). As perturbações do abastecimento de alimentos locais e importados relacionadas com a COVID-19 e pressões de depreciação provocaram o aumento dos preços dos principais produtos alimentares em muitos países, com um agravamento dramático da insegurança alimentar em alguns (Angola, Burquina Faso, Etiópia, Nigéria, República Centro-Africana). No entanto, as razões subjacentes às pressões sobre a inflação dos produtos alimentares variam de país para país – na África Oriental, um dos fatores determinantes para a insegurança alimentar grave continua a ser o aumento de gafanhotos do deserto, onde as chuvas locais e medidas preventivas ajudaram a manter esta ameaça relativamente contida por agora.

Figura 1.7. Países da África Subariana selecionados: Inflação dos preços dos produtos alimentares, 2018–20
(Em percentagem, taxa homóloga)



Fontes: Haver Analytics; e cálculos do corpo técnico do FMI.

RISCOS PARA AS PERSPETIVAS

As incertezas são consideráveis e assim permanecerão durante algum tempo...

Muito depende da trajetória da pandemia. As perspetivas atuais estão sujeitas a uma incerteza maior do que a habitual. Mais importante ainda, as nossas projeções para a região dependem da persistência do choque da COVID-19, condicionada não apenas pela duração das medidas de confinamento formais, mas também pela extensão em que tais medidas são efetivamente aplicáveis na prática – bem como quaisquer alterações de comportamento que possam persistir mesmo após o levantamento dessas medidas. Além disso, o alcance das consequências dos encerramentos das empresas e do desemprego dependerá das circunstâncias específicas de cada país e determinará a velocidade da retoma da atividade quando a pandemia acabar.

As perspetivas do cenário de base pressupõem que o pior da crise já passou – com o seu impacto concentrado nos dois primeiros trimestres de 2020 – e presumem que nenhum país restabelecerá o tipo de confinamento rigoroso observado durante o primeiro semestre do ano.

...com riscos significativos em sentido descendente.

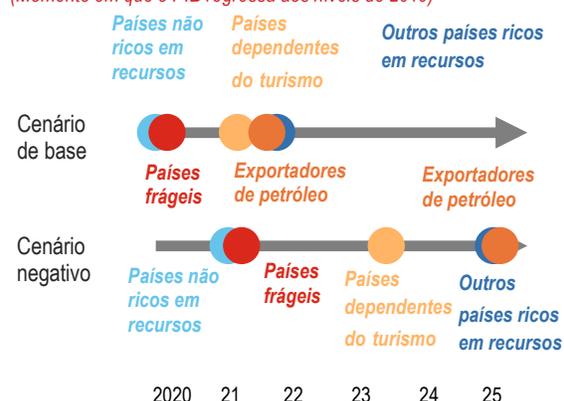
Novos surtos poderiam comprometer a recuperação. Em caso de nova ocorrência ou de aceleração de surtos, poderão ser necessários esforços de confinamento mais prolongados – com um impacto direto e imediato na atividade económica, bem

como um impacto mais indireto sobre a confiança e o comportamento (o que exige uma dispendiosa realocação de recursos). As simulações de um segundo surto mundial em 2021 sugerem que os riscos em sentido descendente para o crescimento são significativos. O crescimento diminuiria ainda mais em 1,5–2,5 pontos percentuais no curto prazo, o que resultaria numa perda de produção acrescentada acumulada de 5–7 pontos percentuais do PIB nos próximos dois anos, e muitos países (em especial os exportadores de petróleo) não conseguiriam regressar aos níveis de produção anteriores à crise antes de 2025 (Figura 1.8).

A nível mundial, uma pandemia mais prolongada poderá também provocar uma restritividade abrupta das condições de liquidez mundiais. Os mercados financeiros poderiam reavaliar o preço dos ativos de maior risco, revelando as vulnerabilidades existentes relacionadas com a dívida e enfraquecendo os bancos e os intermediários não bancários. As dificuldades de financiamento poderiam então estender-se aos governos vulneráveis em África, conduzindo a pressões de sustentabilidade da dívida e a situações de incumprimento, saídas de capital, pressões de depreciação e, em alguns casos, subida da inflação.

No caso de uma contração prolongada, poderão também ressurgir medidas protecionistas relacionadas com a pandemia, na região e em todo o mundo – perturbando o comércio e as cadeias de valor mundiais e afetando o crescimento potencial. Para os exportadores de petróleo, uma menor procura e a incerteza relativa a eventuais cortes de produção da OPEP+ poderiam diminuir ainda mais os preços do petróleo e conduzir a novos períodos de volatilidade.

Figura 1.8. África Subariana: Duração da recuperação
(Momento em que o PIB regressa aos níveis de 2019)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Os **principais riscos internos** incluem o agravamento das desigualdades socioeconómicas e da instabilidade política já existentes, o que comprometeria a confiança e prejudicaria a eficácia da tomada de decisões de política. Neste cenário, vários países realizarão eleições no próximo ano num contexto de espaço orçamental limitado, o que aumenta o risco de derrapagens de política, ao passo que outros enfrentam grandes preocupações políticas e de segurança (Mali). A região continua também a estar sujeita a choques relacionados com o clima, como inundações e secas.

O **financiamento externo continua a ser fundamental**. Sem ajuda adicional da comunidade internacional, muitos países podem encontrar-se numa situação em que a consolidação orçamental se revele ser contraproducente como instrumento para reduzir a dívida – asfixiando o crescimento de curto prazo, aumentando as tensões sociais e os prémios de risco e limitando a capacidade de as autoridades prosseguirem uma reforma que impulse a produtividade; como consequência, esses países ficariam presos numa trajetória de baixo crescimento e de dívida elevada.

A **obtenção e distribuição acelerada de uma vacina eficaz, acessível e segura**, assim que disponível, reduziria a incerteza, impulsionaria a confiança e poderia permitir um regresso mais rápido da atividade económica aos níveis anteriores à COVID-19. No entanto, em caso de atrasos no desenvolvimento ou desfasamentos na distribuição, a pandemia continuará a pesar sobre as perspetivas da região e, potencialmente, adiar a recuperação.

A RESPOSTA À CRISE

O conjunto de políticas de curto prazo será orientado pela evolução da crise sanitária...

Esperar que a pandemia passe não é viável do ponto de vista económico, deixando as autoridades perante difíceis escolhas de políticas. A maioria das autoridades concluiu que a pandemia provavelmente constitua uma ameaça mais permanente e que não se pode dar ao luxo de esperar até que passe. Em diferentes medidas, grande parte está cuidadosamente a levantar as restrições do confinamento e a procurar agora um conjunto de

políticas que contenha a crise sanitária e, ao mesmo tempo, impulse a procura para relançar as suas economias.

Nos casos em que a pandemia continua a propagar-se, salvar vidas e proteger os meios de subsistência deve continuar a ser a prioridade – através de despesas com a saúde e do apoio ao rendimento e à liquidez das empresas e das famílias. Tal contribuirá para impedir que uma crise sanitária de curto prazo se transforme numa catástrofe humanitária. Neste contexto, é necessário ter cuidado para que outras prioridades críticas não sejam negligenciadas. As campanhas de vacinação infantil contra o sarampo, a malária e outras doenças crónicas, por exemplo, continuam a sofrer perturbações devido à pandemia da COVID-19, em particular na África Central.

Nos países em que a pandemia está mais controlada – o que permitiria flexibilizar mais rapidamente as medidas de confinamento e assegurar uma maior margem para redimensionar o apoio de emergência – um conjunto ideal de políticas incluiria uma reversão gradual das medidas de auxílio específicas da crise², um reequilíbrio da despesa para apoiar a procura agregada (por exemplo, através do investimento em infraestruturas públicas) e a continuação de uma política monetária acomodatória, enquanto as pressões inflacionistas permanecem contidas.

Infelizmente, poucos países da África Subsariana disporão de margem para ajustar as políticas com tanta facilidade. Com efeito, a região entrou na crise da COVID-19 com um espaço orçamental significativamente menor em 2019 do que dispunha no início da crise financeira mundial, com 16 países com um elevado risco de sobre-endividamento ou já em situação de sobre-endividamento (Figura 1.9). A maioria encontra-se agora numa situação consideravelmente pior do que no início da crise – com níveis de dívida mais elevados, menor entrada de recursos externos, preços das matérias-primas em geral contidos e perspetivas bem mais incertas.

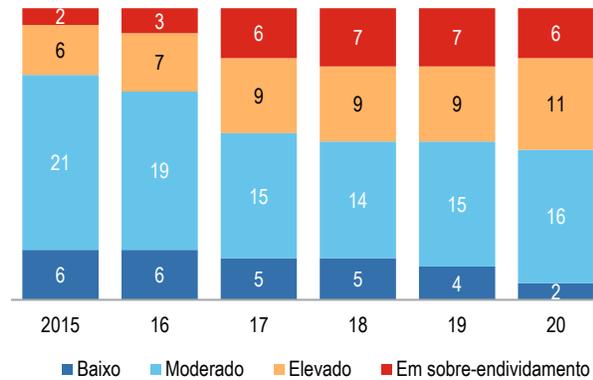
...e refletirá um conjunto diversificado de limitações de política.

Adaptação da resposta das políticas. Tendo em conta os seus envelopes de recursos mais restritivos, os pacotes orçamentais relacionados com a

² Ver *Políticas de gastos em apoio a empresas e famílias* e *Como alcançar as famílias em economias em desenvolvimento e de mercados emergentes: Identificação do cidadão, dados socioeconómicos e benefícios digitais*.

Figura 1.9. África Subsariana: Situação de risco da dívida de países de baixos rendimentos elegíveis ao PRGT, 2015–20

(Número de países)



Fonte: FMI, base de dados da Análise de Sustentabilidade da Dívida de Países de Baixos Rendimentos em Desenvolvimento.

Nota: PRGT = Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento.

COVID-19 na região representaram, em média, apenas 3% do PIB – 0,75% para necessidades de saúde adicionais, sendo o restante destinado a transferências e despesas relacionadas com a crise. Esta cifra é claramente inferior aos montantes gastos noutras regiões (Figura 1.10), e muitas vezes deriva da redução de despesas correntes e/ou de capital noutras áreas (por exemplo, Burundi, Camarões, Guiné, Nigéria, Uganda)³.

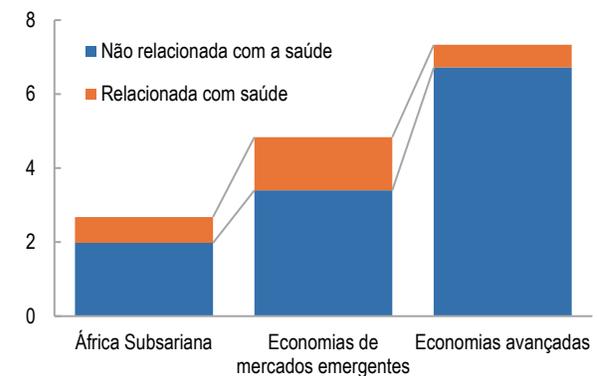
O abrandamento da atividade teve um impacto nas receitas da maioria dos países, mas os exportadores de petróleo foram particularmente afetados pela descida dos preços do petróleo no início de 2020. Em alguns casos, projeta-se um aumento das receitas reais (Burquina Faso, Chade, Níger, Senegal) devido a donativos.

Apesar dos esforços para redefinir as prioridades ao nível das despesas de outras áreas menos urgentes, a diminuição das receitas resultará, no entanto, em défices consideráveis, ascendendo em média a 7,6% do PIB na região no seu conjunto e atingindo, em alguns casos, dois dígitos (África do Sul, Cabo Verde, Gana, Maurícias, Seicheles), mesmo tendo em conta os donativos de doadores (Caixa 1.1). Contudo, mesmo segundo os pressupostos do cenário de base sobre a disponibilidade de financiamento, projeta-se que os défices orçamentais da região revertam rapidamente para os níveis anteriores à crise – antes do que a maioria das

³ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020. “Fiscal Policies to address the COVID-19 pandemic”. Capítulo 1 em *Fiscal Monitor*, Washington, DC, outubro.

Figura 1.10. Economias seleccionadas: Resposta orçamental à COVID-19, 2020

(Em percentagem do PIB)



Fonte: Inquérito do FMI às respostas de política à COVID-19.

Nota: Recursos adicionados até agosto de 2020.

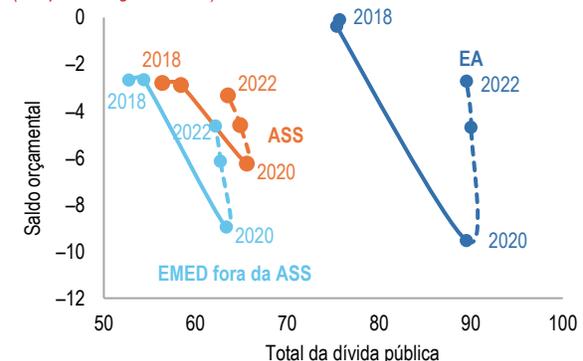
outras regiões e mais rapidamente do que, de outra forma, seria desejável (Figura 1.11).

Reforçar rapidamente as redes de segurança social existentes para apoiar as pessoas.

A pandemia realçou a importância da capacidade de canalizar o apoio de forma rápida e eficiente para os mais necessitados, não apenas para evitar o custo humanitário direto da crise, mas também para impedir danos permanentes e preparar melhor a economia para uma recuperação rápida. Com até dois terços da força de trabalho no setor informal, grande parte das famílias e empresas mais vulneráveis da região não estão registadas junto das autoridades e estão, por conseguinte, fora do

Figura 1.11. Economias seleccionadas: Saldo orçamental e dívida pública, 2018–22

(Em percentagem do PIB)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Nota: ASS = África Subsariana; EA = economias avançadas; EMED fora da ASS = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento fora da África Subsariana.

alcance das redes de segurança locais. Alguns países com redes de segurança existentes foram capazes de utilizá-las para prestar apoio crítico (África do Sul). Outros sem redes de segurança bem desenvolvidas tiveram de encontrar formas novas e muitas vezes inovadoras de identificar e canalizar os recursos para os mais vulneráveis. Em alguns casos, tal implicou a introdução de novas transferências de dinheiro bem direcionadas (Madagáscar, Maláui, Namíbia, Togo); noutros, exigiu a prestação direta de assistência alimentar ou em espécie (Chade, Gâmbia, Libéria, Madagáscar, Senegal).

Redes de segurança mais robustas têm sido, desde há muito, um desafio orçamental para os países da África Subsariana, mas a pandemia também ilustrou os potenciais benefícios da digitalização no sentido de impulsionar a eficácia destes instrumentos e reduzir os seus custos. Vários países melhoraram o alcance e a capacidade de resposta dos seus esforços de proteção social através de dinheiro móvel, transferências eletrónicas de dinheiro e atendimento virtual (Benim, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Lesoto, Madagáscar, Namíbia, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbabué). O programa de transferências sociais do Togo, NOVSSI, utiliza soluções de telemóvel para gerir e direcionar os pagamentos para os grupos mais vulneráveis do país, principalmente no seu grande setor informal. As transferências de dinheiro móvel estão também a ser utilizadas para a prestação de apoio de emergência ao rendimento (Namíbia) e as prestações de desemprego (Zâmbia)⁴.

Medidas de emergência temporárias. Alguns países introduziram limites máximos aos preços de produtos essenciais (Côte d'Ivoire, Essuatíni, Zimbabué) ou, em vez disso, reduziram as tarifas dos serviços essenciais como água, eletricidade ou transportes (Benim, Chade, Côte d'Ivoire, Essuatíni, Gana, Guiné, Togo). Uma série de países criou instrumentos extraorçamentais, como fundos especiais de solidariedade, para canalizar o apoio e mobilizar os donativos do setor privado (Botsuana, Camarões, Chade, Côte d'Ivoire, Níger, Ruanda, Zimbabué). Alguns países aceleraram o pagamento de faturas (ou a liquidação dos atrasados) a fim de assegurar a liquidez necessária às empresas altamente pressionadas (Botsuana, Chade, Côte d'Ivoire, Namíbia, Serra Leoa) e outros diferiram temporariamente o pagamento de impostos ou

de contribuições para a segurança social até uma data futura (Camarões, Chade, Côte d'Ivoire, Essuatíni, Serra Leoa, Togo, Uganda). Ambos os tipos de medidas tendem a criar uma necessidade de financiamento orçamental imediata, mas, em teoria e em última análise, o governo será reembolsado no futuro.

Compromisso para com uma melhor governação.

Para catalisar o apoio externo, as autoridades podem tranquilizar os credores, comprometendo-se a melhorar a transparência e a responsabilização. Muitos países assumiram o compromisso de aplicar medidas de governação reforçadas para monitorizar as despesas relacionadas com a COVID-19, incluindo auditorias independentes às despesas associadas à crise e a publicação dos contratos públicos relacionados com a crise (África do Sul, Camarões, Chade, Quênia, República Centro-Africana, São Tomé e Príncipe, Uganda). Outros autorizaram unidades especiais para investigar as alegações sobre a má utilização de fundos públicos (África do Sul).

Uma sobrecarga para as políticas monetárias e prudenciais. Num contexto de espaço orçamental limitado, algumas autoridades recorreram à política monetária para ajudar a prestar apoio de emergência, com reduções cumulativas da taxa de juro diretora desde o final de 2019 de até 500 pontos base (p.b.) na Zâmbia, 275 p.b. na África do Sul, 250 p.b. na Namíbia, 200 p.b. no Uganda e 150 p.b. no Gana (Figura 1.12). Além disso, introduziram instrumentos de crédito para injetar liquidez no sistema bancário, variando entre 0,5% do PIB em Angola e 3% do PIB na Zâmbia.

Além de reduzir as taxas de juro e fornecer liquidez adicional, as autoridades monetárias de muitos países incentivaram os bancos a colaborar com os seus clientes para os ajudar a enfrentar a crise, quer através de uma moratória temporária sobre os pagamentos de empréstimos (Botsuana, Namíbia, São Tomé e Príncipe) ou através de uma reestruturação das obrigações existentes (Botsuana, Essuatíni, Etiópia, Namíbia, Nigéria, Quênia, Uganda).

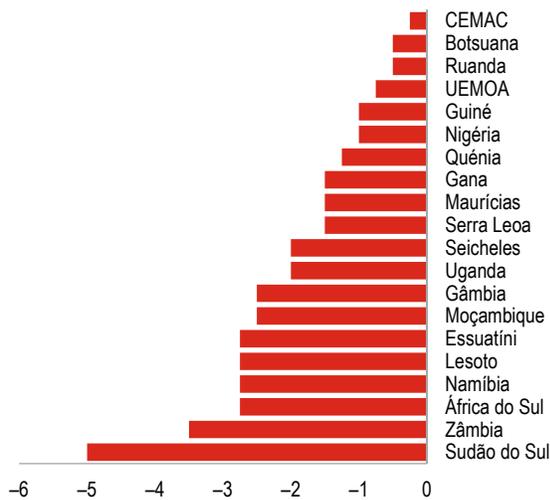
Visto que estas medidas asseguram que os riscos relacionados com a crise permanecem nos balanços

⁴ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020. "Digitalização na África Subsariana". Capítulo 3 em *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana*, Washington, DC, abril.

do setor bancário, têm sido frequentemente acompanhadas por garantias públicas de empréstimos, que transferem parte desse risco para o balanço do governo. A África do Sul, por exemplo, implementou um novo programa de garantia de empréstimos para as pequenas e médias empresas de até 4% do PIB, o que acresce a um stock existente de 11% do PIB em garantias sobre empréstimos a empresas públicas, além de outros passivos contingentes significativos. As garantias públicas a bancos (ou empresas ou famílias) não têm normalmente um impacto imediato no déficit orçamental, criando, em vez disso, um passivo contingente extraorçamental que aumenta a dívida pública apenas quando a garantia é acionada.

Algumas autoridades também flexibilizaram as restrições prudenciais, diminuindo, por exemplo, os requisitos de fundos próprios (Botsuana, Gana) ou adiando a transição para as normas do Basileia III (União Económica e Monetária da África Ocidental). Estas medidas podem ajudar a mitigar o impacto imediato da crise e fomentar a eficácia dos esforços de estímulo. Contudo, as autoridades devem encontrar um equilíbrio cuidadoso entre o apoio à atividade económica no curto prazo e a manutenção da estabilidade financeira. Os bancos subcapitalizados prejudicariam a eficácia dos futuros esforços de estímulo e comprometeriam a capacidade de o setor financeiro apoiar o investimento e o crescimento no longo prazo.

Figura 1.12. África Subsariana: Variação das taxas de política monetária desde janeiro de 2020
(Em pontos percentuais)



Fontes: Haver Analytics; e FMI, International Financial Statistics.

Nota: CEMAC = Comunidade Económica e Monetária da África Central; UEMOA = União Económica e Monetária da África Ocidental.

De um modo geral, os governos estão a dar o seu melhor para aliviar a pressão sobre o setor privado, mas as autoridades devem estar cientes dos limites dessas medidas de emergência, tendo em conta as limitações de recursos no curto prazo e os riscos no mais longo prazo associados à sobrecarga dos balanços dos setores público e privado.

Devem igualmente considerar o risco mais abrangente de, ao recorrer repetidamente a essas medidas de emergência *ad hoc*, poderem prejudicar as normas e as práticas institucionais tão duramente conquistadas e que serão essenciais para garantir a credibilidade e a estabilidade no mais longo prazo.

CRIAR ESPAÇO PARA RELANÇAR O CRESCIMENTO

À medida que a crise sanitária se atenua, o restabelecimento do crescimento e da estabilidade dará origem a dilemas adicionais desconfortáveis.

Em termos prospetivos, os decisores políticos que pretendem reavivar as suas economias terão menos recursos ao seu dispor e serão provavelmente confrontados com algumas escolhas difíceis. De facto, sem uma assistência adicional significativa, muitos terão dificuldade em, simplesmente, manter a estabilidade macroeconómica e, em simultâneo, satisfazer as necessidades básicas da sua população. A política orçamental, por exemplo, terá de equilibrar a necessidade imediata de impulsionar a economia face à necessidade de garantir a sustentabilidade da dívida.

A política monetária terá de encontrar um equilíbrio entre a necessidade de apoiar o crescimento e de preservar a estabilidade externa e a credibilidade no mais longo prazo. A regulamentação e a supervisão financeiras têm de ajudar a compensar as necessidades imediatas dos bancos e das empresas afetados pela crise, sem comprometer a capacidade de o sistema financeiro apoiar o crescimento no mais longo prazo. Estes esforços devem ser ponderados face à necessidade de manter a estabilidade social, preparando simultaneamente o caminho no sentido de um crescimento sustentado e inclusivo no longo prazo.

Manutenção da sustentabilidade orçamental

Dívida pública e política orçamental. Tendo em conta a dimensão sem precedentes da crise, um conjunto de políticas ideal deve incluir um papel importante de estímulo orçamental para apoiar a procura agregada. No entanto, os países da África Subsariana têm de agir com precaução. As circunstâncias individuais serão diferentes, mas a maioria dos países disporá de uma capacidade limitada para aumentar as despesas. A assistência externa adicional pode atenuar algumas destas limitações no curto prazo, mas, em última análise, os países terão de consolidar as suas posições orçamentais para colocar a dívida novamente numa posição sustentável, sem pôr em risco o crescimento no longo prazo.

A avaliação da sustentabilidade da dívida de um país pode ser difícil, em especial em circunstâncias em que o crescimento futuro é mais incerto do que o habitual. A capacidade de endividamento da maioria dos países diminuiu claramente – com perspectivas de crescimento mais fracas, uma menor cobertura de reservas, o abrandamento das entradas de remessas e um agravamento da conjuntura mundial. Além disso, a volatilidade das taxas de câmbio pode afetar negativamente os custos do serviço da dívida, tendo em conta que, muitas vezes, uma parcela elevada de dívida pública é denominada em moeda estrangeira. Por conseguinte, é possível que vários países da África Subsariana tenham sido levados a ultrapassar o limiar de sustentabilidade. Se o serviço da dívida de um país for superior a sua capacidade de pagamento, é do melhor interesse dos credores e dos mutuários da África Subsariana chegar, quando necessário, a um acordo sobre as condições de ajuda por parte dos credores (Angola, Zâmbia).

Noutros casos, a política orçamental continuará centrada na necessidade de conter as vulnerabilidades da dívida. Tal implicará uma calibragem cuidadosa das políticas orçamentais, a fim de permitir um maior espaço para reformas favoráveis ao crescimento que apoiem a recuperação. A este respeito, o ajustamento orçamental terá de basear-se principalmente na mobilização de receitas internas. Embora a situação de cada país seja diferente, as autoridades devem, contudo, procurar ativamente oportunidades para: 1) alargar

a base do imposto sobre o valor acrescentado, 2) aumentar a progressividade e a cobertura dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares, 3) reforçar o papel dos impostos prediais, 4) eliminar as isenções e os incentivos em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas que criam distorções e 5) dar maior ênfase aos impostos ambientais. Além disso, dada a crescente dependência de muitos países em relação às indústrias extrativas, a tributação dos recursos naturais pode constituir uma opção adicional para a mobilização de receitas internas⁵.

Neste contexto, as autoridades devem avaliar os potenciais benefícios da digitalização. Em São Tomé e Príncipe, por exemplo, a introdução da faturação eletrónica permitiu às autoridades expandir a base tributária para o setor informal do país, o que aumentou as receitas, mesmo em meio à crise da COVID-19. Outras medidas poderão incluir uma abordagem à administração das receitas mais baseada nos riscos.

O problema da mobilização de receitas adicionais e do reforço da capacidade fiscal tem também uma dimensão mundial. A capacidade de as grandes empresas internacionais evitarem a tributação tem sido especialmente prejudicial para os países de baixos rendimentos, que estão particularmente expostos à transferência de lucros e à concorrência fiscal. Por conseguinte, a cooperação fiscal internacional deve ser um elemento essencial da resposta da comunidade mundial à crise atual. Em colaboração com outras instituições internacionais (Nações Unidas, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos), o FMI está a incentivar um esforço coordenado e multilateral para combater a evasão e a elisão fiscais, com especial destaque para a garantia de que os interesses dos países de baixos rendimentos sejam plenamente reconhecidos.

Uma rede de segurança mais bem direcionada e mais eficaz pode também contribuir para os esforços de consolidação. A reforma dos subsídios, por exemplo, proporciona poupanças orçamentais significativas em muitos países da África Subsariana, em especial no contexto atual de preços baixos dos produtos energéticos. Mas os esforços neste sentido muitas vezes exigem que as autoridades desenvolvam

⁵ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2018. “Mobilização das Receitas Internas na África Subsariana: Quais são as possibilidades?”. Capítulo 2 em *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana*, Washington, DC, maio.

primeiro a capacidade de proteger os seus cidadãos mais vulneráveis de um aumento súbito dos preços dos bens essenciais. Do mesmo modo, as preocupações relativas ao impacto regressivo de determinadas reformas fiscais (por exemplo, alterações das taxas do imposto sobre o valor acrescentado) são mais bem tratadas no âmbito de um sistema de redes de segurança reforçadas e bem direcionadas.

As medidas orçamentais terão de ser complementadas por mecanismos que assegurem um investimento público eficiente, a racionalização das despesas fiscais, o reforço da gestão das finanças públicas e a melhoria da gestão e da transparência da dívida⁶. Ao mesmo tempo, os países da África Subsariana terão de retirar gradualmente o apoio de emergência ligado à COVID-19 e orientar as despesas que puderem para as atividades mais suscetíveis de impulsionar o crescimento. Estas prioridades serão diferentes de país para país e existem poucas opções fáceis, mas as autoridades podem ajudar a garantir que os seus recursos limitados são utilizados de forma eficaz, comprometendo-se a melhorar a transparência e a responsabilização, assegurando que o seu dinheiro e as suas medidas estão a ajudar as pessoas que mais deles necessitam.

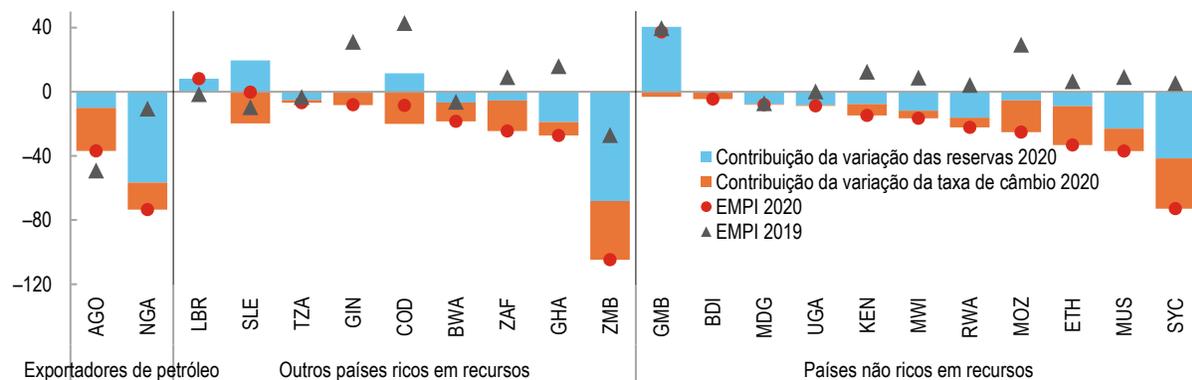
Uma maior transparência contribuiria também para reforçar a confiança dos investidores locais e internacionais, em especial no contexto de um cenário fiscal de médio prazo credível que defina claramente uma trajetória económica e socialmente viável

para a sustentabilidade. A este respeito, afigura-se apropriada uma suspensão temporária e com prazo definido da aplicação das regras orçamentais da União Económica e Monetária da África Ocidental, tendo em conta as circunstâncias extraordinárias resultantes da pandemia e desde que os países cumpram o seu compromisso de regressar a posições orçamentais mais sustentáveis logo que recuperem da crise deste ano.

Manutenção da estabilidade externa e dos preços

Os limites da política monetária. Embora os mecanismos de transmissão nos países da África Subsariana muitas vezes sejam relativamente fracos, para os países que dispõem de quadros monetários credíveis, as prioridades de política serão, em geral, idênticas às de muitas economias avançadas. A flexibilização adicional é apropriada aos países com uma inflação baixa. O âmbito da flexibilização é ligeiramente mais limitado no caso de países com uma paridade cambial rígida, mas nos países com moedas flutuantes, a flexibilidade da taxa de câmbio pode ajudar a amortecer os choques externos – embora a utilização de reservas possa ser justificada para facilitar a correção de ajustamentos e mitigar os desfasamentos dos balanços (Figura 1.13). Nos países que se deparam com saídas de capitais consideráveis e desordenadas, poderiam ser impostas medidas temporárias de gestão dos fluxos de capitais no âmbito do pacote mais amplo de políticas.

Figura 1.13. África Subsariana: Pressão no mercado cambial, 2019–20
(Em percentagem)



Fontes: FMI, base de dados do *International Financial Statistics*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: O indicador do índice de pressão no mercado cambial é a soma da variação percentual negativa da taxa de câmbio USD/moeda local mais a variação percentual em reservas. As variações são de dezembro de dezembro do ano anterior. Os valores negativos indicam pressão. EMPI = índice de pressão no mercado cambial. Ver na página 20 a lista de abreviaturas dos países.

⁶ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2019. *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana*, Washington, DC, abril.

Embora se projete um aumento da inflação em toda a região, nos países com quadros de política credíveis e num contexto de procura moderada, os efeitos de primeira ordem desses aumentos de preços podem normalmente ser absorvidos. Com efeito, muitas autoridades da África Subsariana continuaram a flexibilizar de forma agressiva a política monetária durante a crise (África do Sul, Gana, Namíbia, Uganda), ao passo que outras permitiram que as suas taxas de câmbio se ajustassem (Angola, Etiópia, Nigéria).

Mas nem todos os países dispõem do mesmo espaço para a aplicação de políticas. Os países com bancos centrais subcapitalizados ou os que têm uma credibilidade limitada e expectativas inflacionistas mal ancoradas, podem ver-se estrangulados na sua capacidade de reduzir as taxas de juro sem aumentar as pressões inflacionistas (República Democrática do Congo).

Financiamento monetário do défice. Com o aumento das despesas, a diminuição das receitas, a redução do financiamento externo e um menor apetite dos investidores por títulos da dívida pública, alguns países da África Subsariana já recorreram ao banco central para ajudar a financiar a sua despesa relacionada com a crise durante o confinamento (Gana, Maurícias, República Democrática do Congo).

A concessão de crédito direto ao governo pelo banco central deve ser um mecanismo de **último recurso**, considerado apenas quando não for possível obter financiamento suficiente de qualquer outra fonte. Além disso, deverá cumprir as condições de mercado, ser limitado no tempo e sujeito a um plano de reembolso explícito no médio prazo. Caso contrário, a monetização dos défices corre o risco de comprometer a independência e a eficácia do banco central no longo prazo, uma vez que podem surgir preocupações relativamente à sua capacidade de manter a inflação controlada no futuro. Tal poderia desancorar as expectativas de inflação e aumentar as pressões sobre a moeda (Zimbabué)⁷.

Manutenção da estabilidade financeira

O crescimento sustentável exige um sistema financeiro saudável. Em consequência desta crise, muitos mutuários encontrar-se-ão numa situação financeiramente comprometida, em especial no caso de uma pandemia prolongada. Na medida em que os bancos estão a manter os riscos relacionados com a crise nos seus próprios balanços, as implicações para os créditos malparados, a solvência dos bancos e as garantias públicas podem ser significativas. Será importante que os bancos e as autoridades de supervisão tenham uma ideia exata da saúde do sistema financeiro, incluindo uma classificação adequada dos empréstimos e um aprovisionamento que reflita as potenciais perdas, bem como uma projeção realista dos défices de fundos próprios e das necessidades de recapitalização. Uma reestruturação prolongada ou a flexibilização das normas contabilísticas iria simplesmente mascarar o verdadeiro estado do sistema financeiro e exacerbar as perdas – possivelmente prejudicando a saúde e a estabilidade do sistema financeiro, bem como a sua capacidade de, em última instância, apoiar o crescimento no longo prazo⁸.

Abordar imediatamente a pobreza e a desigualdade

A desigualdade dos custos sociais da crise. Apesar destes esforços de emergência, os recursos disponíveis na região ainda estão longe de ser suficientes para compensar plenamente o impacto social da crise, que inverteu os progressos anteriores no desenvolvimento social e recaiu de forma desproporcionada nos segmentos mais vulneráveis da população (Figura 1.14).

Sucesso passado. Ao longo dos últimos 20 anos, o PIB mais do que duplicou em 28 dos 44 países da região, graças, em parte, a um menor número de conflitos e a uma maior estabilidade política, o que resultou em ganhos de desenvolvimento notáveis – incluindo na saúde e na educação. A esperança de vida aumentou em cerca de 10 anos desde 2000 e outros indicadores de saúde, como a mortalidade infantil e materna, também melhoraram. Mais importante, as taxas de pobreza diminuíram de mais de 60% no final da década de 1990 para um pouco

⁷ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020. “Emerging and Frontier Markets: A Greater Set of Policy Options to Restore Stability”. Capítulo 2 em *Global Financial Stability Report: Bridge to Recovery*, Washington DC, outubro.

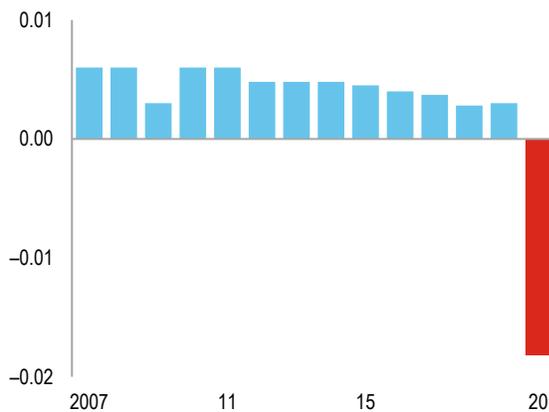
⁸ Ver [Banking Sector Regulatory and Supervisory Response to Deal with Coronavirus Impact \(with Q and A\)](#).

mais de 40% em 2015, tendo países como o Chade, a Gâmbia e a Tanzânia registado uma diminuição da taxa de pobreza em mais de 3 pontos percentuais por ano.

Muito desse progresso está agora em risco. A COVID-19 teve um impacto profundo e sem precedentes nos meios de subsistência, uma vez que muitas pessoas perderam os seus empregos em resultado da pandemia e do subsequente confinamento (na África do Sul, foram perdidos 2,2 milhões de postos de trabalho no segundo trimestre de 2020, o que equivale a 14% do emprego). De acordo com estimativas do Banco Mundial, a pobreza mundial deverá aumentar em 2020 pela primeira vez desde 1998, com mais de 26 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema somente na África Subsariana. É provável que estes níveis de pobreza persistam em 2021 e nos anos seguintes. Com efeito, a maioria dos trabalhadores informais da região está concentrada em alguns dos setores mais afetados (tais como o comércio por grosso e a retalho, a restauração e a hotelaria, o turismo e os transportes). Além disso, de acordo com o Banco Mundial, as mulheres costumam estar sobrerrepresentadas nestes setores, o que agrava a sobrecarga decorrente do encerramento das escolas e do aumento dos cuidados familiares não remunerados, bem como do risco elevado de exposição devido ao seu papel frequente de prestadoras de cuidados e de profissionais de saúde.

Figura 1.14. África Subsariana: Índice de Desenvolvimento Humano, 2007–20

(Variação anual no índice)



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Nota: Os dados de 2019 são provisórios, e os dados de 2020 são simulações.

Mas a estabilidade exige um regresso ao crescimento

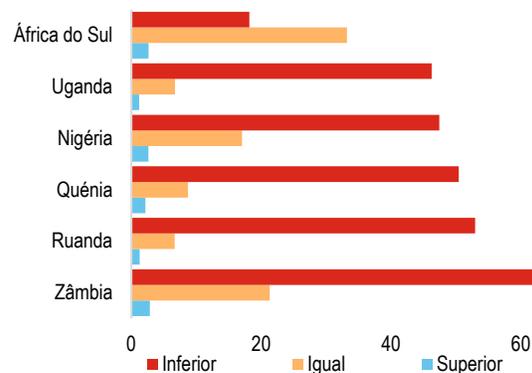
Tendo em conta estes difíceis dilemas de políticas, é urgentemente necessário um esforço revigorado de reforma para regressar ao crescimento. Antes da crise, muitos países da África Subsariana necessitavam de uma nova série de reformas para aumentar o crescimento no médio prazo, criar oportunidades para uma vaga de novos candidatos a emprego e realizar progressos no sentido dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estas reformas eram também necessárias para ajudar a fomentar a resiliência, assegurando que estes progressos não seriam comprometidos ou desestabilizados por choques futuros. O custo de novos atrasos é agora mais elevado do que nunca (Figura 1.15).

Na educação, por exemplo, o investimento na aprendizagem e no desenvolvimento da primeira infância era já uma prioridade antes da COVID-19, ajudando a assegurar uma força de trabalho mais qualificada e sólida. Atualmente, o encerramento das escolas e os confinamentos económicos perturbaram a escolaridade em toda a região, aumentando a perspetiva de uma maior subnutrição, de um maior abandono escolar e de agravamento das desigualdades.

Do mesmo modo, grande parte da agenda pré-COVID-19 de reformas dos mercados de produtos e de trabalho continua a ser tão relevante como antes⁹.

Figura 1.15. Países da África Subsariana selecionados: Rendimento face a 2019

(Em percentagem dos inquiridos)



Fontes: COVID-19 Panel Phone Survey of Households 2020; Haver Analytics; e cálculos do corpo técnico do FMI.

⁹ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020. “Concorrência, Competitividade e Crescimento na África Subsariana”. Capítulo 2 em *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana*, Washington, DC, outubro.

O setor privado continua a ser crítico. Para além do curto prazo, as estimativas anteriores à COVID-19 sugeriam que o crescimento sustentado e inclusivo – como refletido nos ODS da região – exigiria USD 420 mil milhões em despesas por ano até 2030, o que simplesmente não será viável sem investimentos significativos do setor privado.

Mas garantir um maior envolvimento do setor privado requererá também reformas iniciais para melhorar o ambiente de negócios da região. Estas reformas estão longe de ser novas e incluem: reforçar a contestabilidade dos mercados, eliminar os principais estrangulamentos (como a eletricidade não fiável), nivelar as condições de concorrência entre empresas públicas e privadas e entre empresas nos setores formal e informal, reduzir a burocracia, melhorar a governação e alargar a inclusão financeira.

No contexto imediato da crise, uma parte essencial deste esforço será simplesmente evitar ações de política com consequências negativas no longo prazo. As políticas que tratam as empresas privadas de forma inadequada, como o atraso do pagamento aos fornecedores do governo, o incumprimento dos pagamentos a produtores de eletricidade independentes, a introdução de novas restrições ao comércio, a manutenção de limites máximos de preços ou subsídios onerosos e ineficientes ou o racionamento injusto de moeda estrangeira devem ser evitadas, uma vez que prejudicarão a confiança empresarial e dissuadirão investimentos futuros.

A IMPORTÂNCIA DO FINANCIAMENTO EXTERNO

Sem financiamento externo adicional, os países terão dificuldade em encontrar um equilíbrio apropriado entre consolidação e crescimento.

Para além da assistência oficial, o acesso ao financiamento baseado no mercado continua a ser mais oneroso do que antes da crise. As estimativas do corpo técnico do FMI sugerem que a região enfrenta um défice acentuado de financiamento no período de 2020–23, com necessidades externas de cerca de USD 890 mil milhões, dos quais cerca de USD 130–410 mil milhões ainda não foram identificados em diferentes cenários (Caixa 1.3).

O papel do FMI. Neste contexto, o FMI avançou prontamente em 2020 para ajudar a cobrir uma parte significativa das necessidades da região e para catalisar o apoio adicional da comunidade internacional. O FMI alargou rapidamente os empréstimos ao abrigo da Linha de Crédito Rápido e do Instrumento de Financiamento Rápido, aumentou o acesso no contexto dos acordos existentes e concedeu um alívio do serviço da dívida aos seus países membros mais vulneráveis através do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT). Até ao final de setembro de 2020, o FMI tinha disponibilizado cerca de USD 16 mil milhões de apoio à região para a assistência de emergência e o alívio do serviço da dívida ao abrigo do CCRT ao longo dos seis meses anteriores.

Combinado com iniciativas semelhantes de doadores bilaterais e de outras instituições multilaterais, este esforço de financiamento libertou os recursos críticos para as despesas de saúde e sociais durante o confinamento e mitigou alguns dos efeitos mais graves da crise.

O FMI está a intensificar os seus esforços para continuar a prestar esta assistência em 2021.

Muitos dos países que receberam financiamento do FMI atingiram, ou estão próximos de atingir, os respetivos limites de acesso anual. Assim, o FMI aumentou temporariamente estes limites anuais e permitiu que os desembolsos no âmbito da Linha de Crédito Rápido fossem mais frequentes – o que possibilita aos países membros obterem apoio financeiro adicional do FMI durante este período extraordinário. Além disso, o FMI aumentou os recursos do CCRT, prorrogando por mais seis meses (até abril de 2021) o alívio da dívida baseado em donativos para os seus países membros mais vulneráveis, e está a solicitar apoio adicional de doadores para ampliar o seu crédito concessional aos países de baixos rendimentos no âmbito do Fundo Fiduciário para Redução da Pobreza e Crescimento.

A maioria das autoridades necessitará também de assistência técnica contínua, bem como da cooperação internacional para garantir que os seus países não são excluídos dos benefícios de uma recuperação mundial ou dos progressos médicos relacionados com a COVID-19.

Sem este apoio financeiro e técnico e tendo em conta as limitações e os dilemas anteriormente referidos, muitos países verão as suas perspetivas de curto e de longo prazo fortemente limitadas – dado que as consequências económicas e humanitárias do menor crescimento influenciarão o futuro.

CONSTRUIR UM FUTURO MELHOR

Apesar dos danos, as oportunidades de reformas transformadoras duradouras não se perderam.

O foco na resiliência. O potencial da região e o engenho da sua população permanecem intactos. Com a ajuda da comunidade internacional, a região acabará por encontrar o seu caminho no sentido de uma trajetória de desenvolvimento sustentável e inclusiva, em benefício de todos. A alternativa, no entanto, é uma trajetória de instabilidade macroeconómica e social, um baixo crescimento e uma desigualdade persistente nos próximos anos (ou por gerações). Os países da região também podem ajudar a assegurar melhores resultados através de um compromisso renovado de reforma, que lhes permita contribuir e beneficiar do esforço mundial de promoção de um futuro mais resiliente.

Uma recuperação mais verde. A meta após a crise é impulsionar a produtividade e o crescimento, promovendo simultaneamente uma economia que seja mais resiliente a choques externos. Para muitos países da África Subsariana, tal exigirá uma orientação especial para as alterações climáticas – às quais a região é particularmente vulnerável e onde os custos *ex ante* da mitigação são muito inferiores aos custos *ex post* de limpeza e de recuperação¹⁰.

A nível local, por exemplo, medidas para melhorar a gestão paisagística e das bacias hidrográficas, restaurar os ecossistemas, assegurar a gestão sustentável das florestas e promover uma agricultura regeneradora podem criar emprego rapidamente, gerando benefícios de longo prazo para o setor público e privado decorrentes da redução da escassez de água ou dos danos provocados por inundações,

da redução das emissões de carbono, do aumento da produtividade agrícola e da melhoria da segurança alimentar.

A nível mundial, a crise também sublinhou a necessidade de uma ação coletiva face a uma ameaça global e realçou o potencial de uma recuperação coordenada e mais verde. Tal envolverá investimentos e tecnologias que apoiem bens públicos como ar limpo, defesas contra as inundações, infraestruturas resistentes e energias renováveis.

Integração comercial. A integração comercial e a imparcialidade nas políticas de concorrência continuarão a ser importantes para um crescimento sólido, em especial tendo em conta as perturbações causadas pela pandemia e a potencial necessidade de realocar recursos a novas atividades. Neste contexto, a crise da COVID-19 pode levar a uma reorganização significativa das cadeias de valor mundiais, sublinhando o potencial da Zona de Comércio Livre Continental Africana como motor do desenvolvimento do comércio regional. Um quadro eficaz reduziria não apenas a vulnerabilidade de África face às perturbações mundiais, mas incentivaria a concorrência e a produtividade regionais e promoveria a segurança alimentar¹¹. O comércio ao abrigo do acordo estava inicialmente previsto para se iniciar em julho de 2020, mas foi adiado devido à pandemia. À medida que a região passa para a fase de recuperação, as autoridades devem retomar os seus esforços para assegurar a aplicação do acordo o mais rapidamente possível.

¹⁰ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020. “Adaptação às Alterações Climáticas na África Subsariana”. Capítulo 2 em *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana*, Washington, DC, abril.

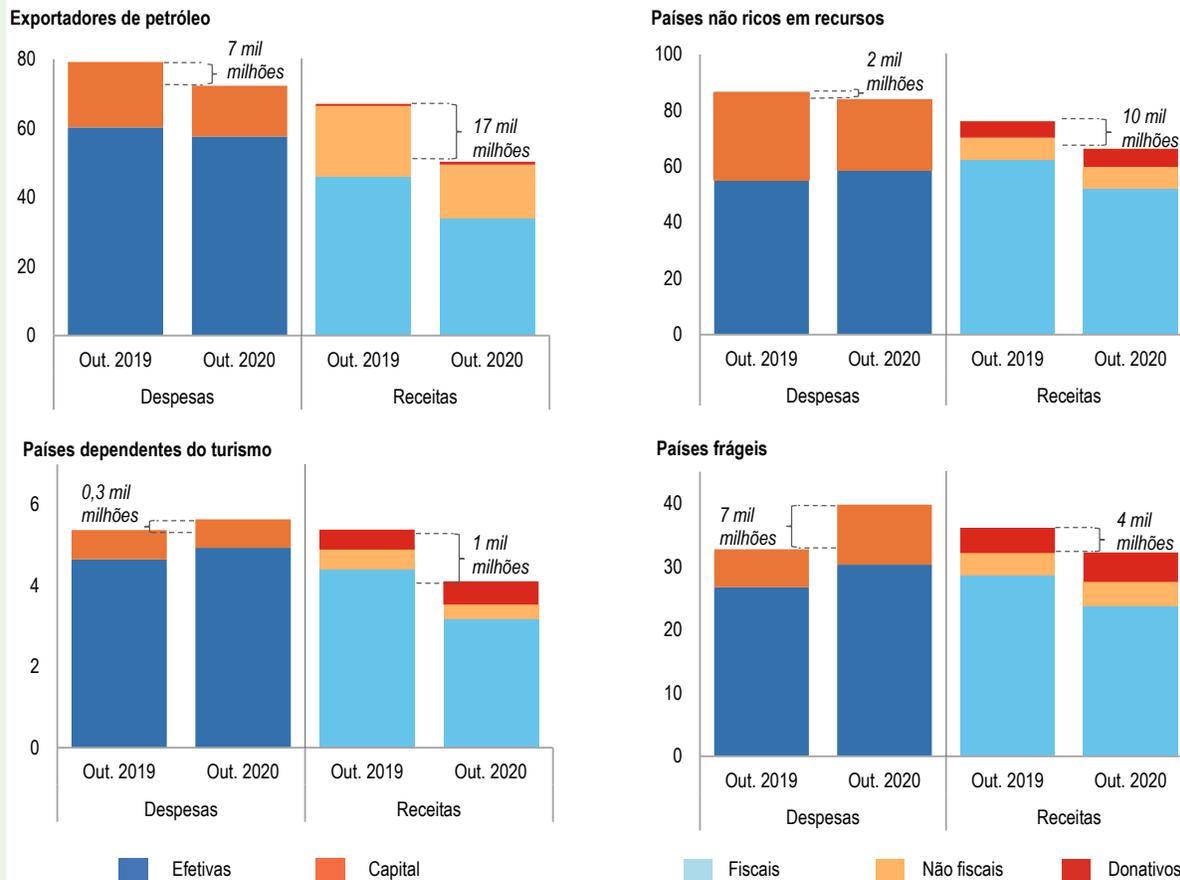
¹¹ Ver Abrego, Lisandro; Mario de Zamaroczy, Tunc Gursoy, Garth P. Nicholls, Hector Perez-Saiz e Jose-Nicolas Rosas. 2020. “The African Continental Free Trade Area: Potential Economic Impact and Challenges”. IMF Staff Discussion Note 20/04, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

Caixa 1.1. Desenvolvimentos orçamentais relacionados com a COVID-19

A diminuição das receitas e a pressão contínua sobre as despesas

Figura 1.1.1 África Subsariana: Despesas e receitas fiscais projetadas, 2020

(WEO de outubro de 2019 vs WEO de outubro de 2020, em USD mil milhões)

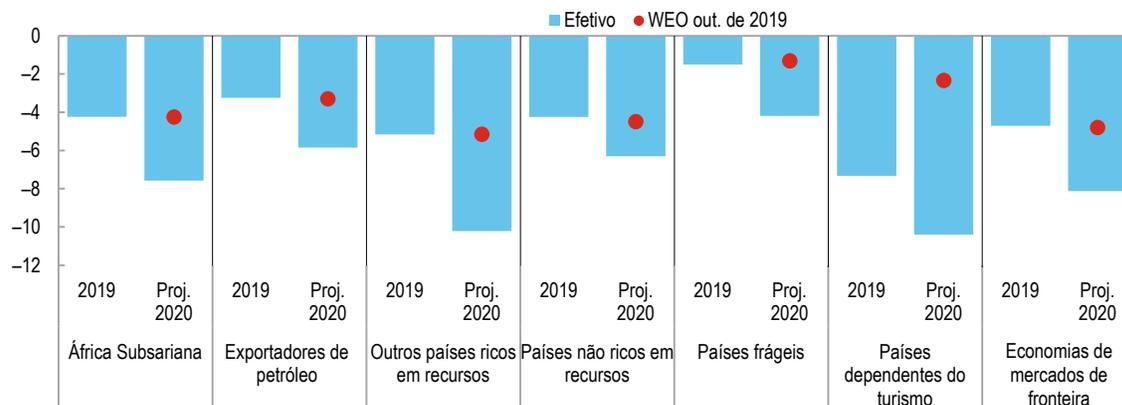


Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Nota: WEO = *World Economic Outlook*.

...resultarão em défices elevados.

Figura 1.1.2 África Subsariana: Saldo orçamental, 2019–20



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Nota: WEO = *World Economic Outlook*.

Caixa 1.2. A COVID-19 e dívida pública na África Subariana

A pandemia da COVID-19 está a provocar o regresso ao aumento rápido da dívida nos países da África Subariana. Após a Iniciativa de Alívio da Dívida dos Países Pobres Muito Endividados e a Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral, a dívida pública diminuiu significativamente nos países da África Subariana até ao final da década de 2000. Subsequentemente, à medida que os países da África Subariana tiraram partido do espaço orçamental gerado por estas iniciativas (inclusive para criar capital humano e físico), a dívida pública aumentou de cerca de 35% do PIB no início da década de 2010 para cerca de 55% do PIB em meados da década de 2010. Posteriormente estabilizou em termos gerais, tendo-se previsto que começasse a diminuir em 2020, uma vez que vários países iniciaram uma consolidação orçamental. No entanto, com a eclosão da pandemia da COVID-19, os países da África Subariana tiveram de encontrar uma resposta, flexibilizando a sua orientação orçamental. Por conseguinte, projeta-se que a dívida pública da África Subariana aumente para 65% do PIB até ao final de 2020. Os maiores aumentos registam-se nos países exportadores de petróleo.

A capacidade dos países da África Subariana de suportar as suas cargas da dívida está cada vez mais pressionada. Devido ao enfraquecimento da atividade económica e ao apoio dos governos ao setor privado no contexto da COVID-19, espera-se que, em 2020, as receitas públicas diminuam em cerca de 2,3 pontos percentuais do PIB, para níveis abaixo das projeções anteriores à COVID-19. Os efeitos combinados deste défice de receitas e do maior serviço da dívida estão a provocar um aumento do rácio serviço da dívida/receitas, de cerca de 22% segundo as projeções anteriores à COVID-19 para cerca de 27% de acordo com as projeções atuais. O aumento é particularmente significativo nos países exportadores de petróleo. Com base nas últimas análises de sustentabilidade da dívida dos países de baixo rendimento elaboradas pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial, 11 países da África Subariana estão atualmente em risco elevado de sobre-endividamento e seis países estão em situação de sobre-endividamento, ao passo que as vulnerabilidades aumentaram nos países com acesso ao mercado, uma vez que o apetite dos investidores e as emissões ainda não recuperaram nos países da África Subariana.

As iniciativas atualmente em curso para dar resposta às necessidades imediatas de liquidez podem revelar-se insuficientes, sendo necessárias ações mais ousadas. A Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI, na

sigla em inglês) do Grupo dos Vinte (G-20) foi adotada rapidamente e contribuiu para diferir os pagamentos imediatos do serviço da dívida dos países participantes (sem reduzir o valor atualizado líquido total da dívida), e a prorrogação da iniciativa por mais seis meses acordada recentemente assegurará apoio adicional.

São necessárias medidas concretas para que os montantes efetivamente suspensos fiquem mais próximos dos montantes elegíveis para os mutuários da África Subariana ao abrigo da iniciativa. Por exemplo, os atrasos na aprovação de memorandos de entendimento levaram a que alguns países continuassem a pagar o serviço da dívida para evitar atrasados, o que, no caso de vários países, reduziu significativamente o montante da suspensão efetiva do serviço da dívida. Períodos de carência ou de reembolso mais prolongados proporcionarão espaço para apoiar a recuperação após a COVID-19 e contribuirão para evitar a acumulação de reembolsos ao abrigo da DSSI (por exemplo, relativos ao alívio em 2020 e 2021). Com o problema de uma dívida insustentável a pairar sobre diversos países, a colaboração entre o Clube de Paris e os credores fora do Clube de Paris, iniciada no âmbito da DSSI, deve ser aprofundada e alargada como plataforma para a resolução conjunta dos problemas da dívida dos países da África Subariana.

Tabela 1.2.1. África Subariana: Indicadores da dívida pública, 2020 (Média simples, em percentagem do PIB)

	Projeções anteriores à COVID-19	Projeções atuais
Dívida pública		
África Subariana	56.4	65.6
Exportadores de petróleo	50.4	68.5
Outros países ricos em recursos	45.8	52.7
Países não ricos em recursos	65.9	73.3
Receita pública¹		
África Subariana	19.5	17.6
Exportadores de petróleo	20.4	16.8
Outros países ricos em recursos	18.0	16.4
Países não ricos em recursos	20.1	18.6
Serviço da dívida/receitas^{1,2}		
África Subariana	21.9	32.3
Exportadores de petróleo	30.1	76.3
Outros países ricos em recursos	21.8	29.1
Países não ricos em recursos	19.0	21.8

Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Excluindo donativos.

² Em percentagem.

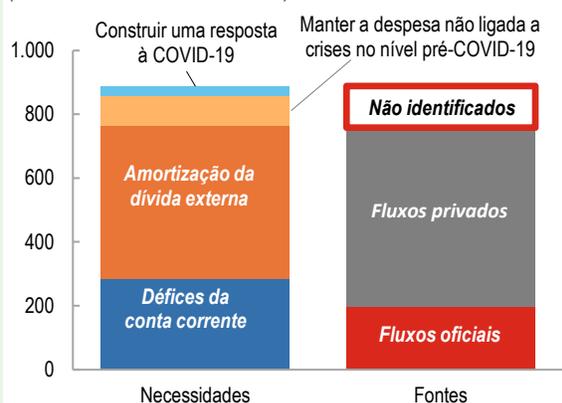
Caixa 1.3. Satisfazer as necessidades financeiras da região

Na sequência da pandemia da COVID-19, espera-se que a África Subsariana enfrente um défice de financiamento substancial no médio prazo. Sem a assistência da comunidade internacional, muitos países serão obrigados a proceder a ajustamentos mais profundos, o que prejudicará o crescimento e afetará negativamente a estabilidade social.

Tendo como base estimativas ascendentes das equipas nacionais do FMI, estima-se que as potenciais necessidades de financiamento externo da África Subsariana serão de cerca de USD 890 mil milhões (cerca de 55% do PIB regional de 2020) no período 2020–23 (Figura 1.3.1). Pouco mais de metade (cerca de USD 480 mil milhões) reflete as obrigações de amortização da dívida externa, ao passo que outro terço (cerca de USD 280 mil milhões) representa os défices da conta corrente da região. O remanescente capta o impacto nas despesas associadas aos dilemas relacionados com a COVID-19 que muitos países tiveram de enfrentar: 1) despesas não relacionadas com a saúde e não sociais que teriam sido realizadas caso a COVID-19 não tivesse levado a uma redefinição de prioridades para outras áreas (USD 95 mil milhões) e 2) despesas adicionais que poderiam ajudar os países a responder à crise em pé de igualdade com outras economias de mercados emergentes fora da região (USD 30 mil milhões).

No entanto, com uma elevada incerteza quanto às perspetivas económicas e à disponibilidade de fluxos financeiros, é improvável que a África Subsariana consiga encontrar financiamento para todas estas necessidades. A região enfrenta um défice de financiamento – a parte das necessidades de financiamento para a qual os fundos permanecem não identificados e podem não se materializar – que, potencialmente, varia entre USD 130 mil milhões e USD 410 mil milhões em 2020–23 de acordo com diferentes cenários; o cenário central estima um montante de USD 290 mil milhões¹. De acordo com os pressupostos do cenário central, espera-se que os fluxos privados satisfaçam menos da metade das necessidades de financiamento, ao passo que os fluxos oficiais de instituições financeiras internacionais e de doadores bilaterais situam-se próximos dos compromissos atuais e deverão colmatar cerca de um quarto dessas necessidades. Neste caso, o défice de financiamento para os países de rendimentos mais baixos da região, elegíveis para terem acesso ao financiamento ao abrigo do Fundo Fiduciário para Redução da Pobreza e Crescimento do FMI, aumenta para quase USD 130 mil milhões.

Figura 1.3.1 Necessidades e fonte de financiamento externo, 2020–23
(Cenário otimista, USD mil milhões)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

¹ Excluindo as necessidades de despesas relacionadas com os ODS no curto prazo, as estimativas do défice de financiamento em cada cenário dependem de pressupostos relativos à escala dos fluxos financeiros. No cenário mais otimista, os fluxos privados mantêm-se, em geral, inalterados face aos níveis anteriores à crise, assegurando cerca de dois terços das necessidades de financiamento. O cenário central pressupõe que o financiamento privado não seja superior a 75% do nível anterior à crise, ao passo que o cenário mais pessimista presume que os fluxos privados e oficiais estejam limitados a 75% e 100%, respetivamente, face aos seus níveis anteriores à crise.

Apêndice estatístico

Salvo indicação em contrário, os dados e as projeções utilizados neste relatório sobre as *Perspetivas Económicas Regionais* têm como base as estimativas do corpo técnico do FMI até 30 de setembro de 2020 e correspondem às projeções subjacentes à edição de outubro de 2020 do *World Economic Outlook*.

Os dados e as projeções abrangem 45 países da África Subsariana servidos pelo Departamento de África do FMI. As definições dos dados seguem, na medida do possível, as metodologias estatísticas internacionalmente reconhecidas. Nalguns casos, porém, a ausência de dados limita as comparações internacionais.

Grupos de países

Os países são agregados em três grupos (sem sobreposição): exportadores de petróleo, outros países ricos em recursos naturais e países não ricos em recursos naturais (ver na página 21 a tabela com os grupos de países).

Os exportadores de petróleo são os países cujas exportações líquidas de petróleo representam no mínimo 30% das exportações totais.

Os outros países ricos em recursos naturais são aqueles em que os recursos naturais não renováveis representam no mínimo 25% das exportações totais.

Os países não ricos em recursos naturais são aqueles que não pertencem nem ao grupo dos países exportadores de petróleo nem ao grupo de outros países ricos em recursos naturais.

Os países são também agregados em quatro grupos (com alguma sobreposição): países exportadores de petróleo, países de rendimento médio, países de baixo rendimento e países em situação frágil (ver na página 21 a tabela com os grupos de países).

A composição desses grupos reflete os dados mais recentes sobre o rendimento nacional bruto per capita (média sobre três anos) e a pontuação no

índice do Banco Mundial de avaliação das políticas e instituições nacionais (média sobre três anos).

Os países de rendimento médio são aqueles com rendimento nacional bruto per capita superior a USD 1035,00 no período 2017–19 (Banco Mundial, utilizando o método Atlas).

Os países de baixo rendimento são aqueles com rendimento nacional bruto per capita igual ou inferior a USD 1035,00 no período 2017–19 (Banco Mundial, método Atlas).

Os países em situação frágil são aqueles com pontuação igual ou inferior a 3,2 no índice de avaliação das políticas e instituições nacionais no período 2016–18 e/ou com a presença de uma missão de manutenção ou de restabelecimento da paz nos últimos três anos.

A tabela na página 21 mostra a participação dos países da África Subsariana nos principais órgãos de cooperação regionais, designadamente: zona do franco CFA, que compreende a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); a Comunidade da África Oriental (CAO-5); a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); e a União Aduaneira da África Austral (SACU). Os dados agregados da CAO-5 incluem o Ruanda e o Burundi, que passaram a integrar o grupo em 2007.

Métodos de agregação

Nas tabelas AE1 e AE3, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente ao crescimento do PIB real e à moeda em sentido lato são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) e expressa em percentagem do PIB total do grupo. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do *World Economic Outlook* (WEO).

Na tabela AE1, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente aos preços no consumidor são calculadas como a média geométrica dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) e expressa em percentagem do PIB total do grupo. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados WEO.

Nas tabelas AE2–AE4, as cifras compósitas dos grupos de países, à exceção da moeda em sentido lato, são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB em dólares dos Estados Unidos às taxas de câmbio de mercado e expressa em percentagem do PIB total do grupo.

Tabelas do apêndice:

AE1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor, média	22
AE2. Saldo orçamental global, incluindo donativos e dívida pública	23
AE3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos	24
AE4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas	25

Lista de fontes e notas de rodapé das tabelas do apêndice:

Tabelas AE1.–AE3.

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados WEO, outubro de 2020.

¹ Dados do exercício orçamental.

² Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar de transferência bruta em tempo real (designado RTGS), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as suas estatísticas das contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Tabela AE4.

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados WEO, outubro de 2020.

¹ Membro da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA); os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da UEMOA.

² Membro da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da CEMAC.

³ Dados do exercício orçamental.

⁴ Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar de transferência bruta em tempo real (designado RTGS), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as suas estatísticas das contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Lista de abreviaturas dos países da África Subsariana:

AGO	Angola	COG	Congo, República do	KEN	Quênia	RWA	Ruanda
BEN	Benim	CIV	Côte d'Ivoire	LSO	Lesoto	STP	São Tomé e Príncipe
BWA	Botsuana	GNQ	Guiné Equatorial	LBR	Libéria	SEN	Senegal
BFA	Burquina Faso	ERI	Eritreia	MDG	Madagáscar	SYC	Seicheles
BDI	Burundi	SWZ	Essuatíni	MWI	Maláui	SLE	Serra Leoa
CPV	Cabo Verde	ETH	Etiópia	MLI	Mali	ZAF	África do Sul
CMR	Camarões	GAB	Gabão	MUS	Maurícias	SSD	Sudão do Sul
CAF	República Centro-Africana	GMB	Gâmbia	MOZ	Moçambique	TZA	Tanzânia
TCD	Chade	GHA	Gana	NAM	Namíbia	TGO	Togo
COM	Comores	GIN	Guiné	NER	Niger	UGA	Uganda
COD	Congo, República Democrática do	GNB	Guiné-Bissau	NGA	Nigéria	ZMB	Zâmbia
						ZWE	Zimbabué

África Subsariana: Grupos de países

Países exportadores de petróleo	Outros países ricos em recursos naturais	Países não ricos em recursos	Países de rendimento médio	Países de baixo rendimento	Países em situação frágil
Angola	África do Sul	Benim	África do Sul	Benim	Burundi
Camarões	Botsuana	Burundi	Angola	Burquina Faso	Chade
Chade	Burquina Faso	Cabo Verde	Botsuana	Burundi	Comores
Congo, Rep. do Gabão	Congo, Rep. Dem. do	Comores	Cabo Verde	Chade	Congo, Rep. Dem. do
Guiné Equatorial	Gana	Côte d'Ivoire	Camarões	Congo, Rep. Dem. do	Congo, Rep. do
Nigéria	Guiné	Eritreia	Comores	Eritreia	Côte d'Ivoire
Sudão do Sul	Libéria	Essuatíni	Congo, Rep. do	Etiópia	Ruanda
	Mali	Etiópia	Côte d'Ivoire	Gâmbia	Serra Leoa
	Namíbia	Gâmbia	Essuatíni	Guiné	Sudão do Sul
	Níger	Guiné-Bissau	Gabão	Guiné-Bissau	Tanzânia
	Rep. Centro-Africana	Lesoto	Gana	Libéria	Togo
	Serra Leoa	Madagáscar	Guiné Equatorial	Madagáscar	Uganda
	Tanzânia	Maláui	Lesoto		Zimbabué
	Zâmbia	Maláui	Lesoto		
	Zimbabué	Maurícias	Maurícias		
		Moçambique	Namíbia		
		Quênia	Nigéria		
		Ruanda	Quênia		
		São Tomé e Príncipe	São Tomé e Príncipe		
		Seicheles	Seicheles		
		Senegal	Senegal		
		Togo	Zâmbia		
		Uganda			

África Subsariana: Países membros de grupos regionais

União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)	Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC)	Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA)	Comunidade da África Oriental (*CAO-5)	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	União Aduaneira da África Austral (SACU)	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
Benim	Camarões	Burundi	*Burundi	África do Sul	África do Sul	Benim
Burquina Faso	Chade	Comores	*Quênia	Angola	Botsuana	Burquina Faso
Côte d'Ivoire	Congo, Rep. do	Congo, Rep. Dem. do	*Ruanda	Botsuana	Essuatíni	Cabo Verde
Guiné-Bissau	Gabão	Eritreia	Sudão do Sul	Comores	Lesoto	Côte d'Ivoire
Mali	Guiné Equatorial	Essuatíni	*Tanzânia	Congo, Rep. Dem. do	Namíbia	Gâmbia
Níger	Rep. Centro-Africana	Etiópia	*Uganda	Essuatíni		Gana
Senegal		Madagáscar		Lesoto		Guiné
Togo		Maláui		Madagáscar		Guiné-Bissau
		Maurícias		Maláui		Libéria
		Quênia		Maurícias		Mali
		Ruanda		Moçambique		Níger
		Seicheles		Namíbia		Nigéria
		Uganda		Seicheles		Senegal
		Zâmbia		Tanzânia		Serra Leoa
		Zimbabué		Zâmbia		Togo
				Zimbabué		

Tabela AE1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor

	PIB real (Variação percentual anual)						Preços no consumidor, média anual (Variação percentual anual)					
	2010-16	2017	2018	2019	2020	2021	2010-16	2017	2018	2019	2020	2021
África do Sul	2,1	1,4	0,8	0,2	-8,0	3,0	5,4	5,3	4,6	4,1	3,3	3,9
Angola	3,6	-0,2	-1,2	-0,9	-4,0	3,2	13,5	29,8	19,6	17,1	21,0	20,6
Benim	4,1	5,7	6,7	6,9	2,0	5,0	1,6	1,8	0,8	-0,9	2,5	2,0
Botsuana	5,3	2,9	4,5	3,0	-9,6	8,7	5,6	3,3	3,2	2,8	1,6	3,0
Burquina Faso	5,9	6,2	6,8	5,7	-2,0	3,9	1,0	0,4	2,0	-3,2	2,0	2,0
Burundi	2,8	0,5	1,6	1,8	-3,2	3,1	8,2	16,6	-2,8	-0,7	7,6	5,2
Cabo Verde	1,9	3,7	4,5	5,7	-6,8	4,5	1,3	0,8	1,3	1,1	1,0	1,2
Camarões	4,8	3,5	4,1	3,9	-2,8	3,4	2,0	0,6	1,1	2,5	2,8	2,2
Chade	4,5	-2,4	2,3	3,0	-0,7	6,1	1,8	-0,9	4,0	-1,0	2,8	3,0
Comores	3,2	4,2	3,6	1,9	-1,8	2,9	2,0	0,1	1,7	3,7	3,0	2,1
Congo, Rep. Dem. do	6,9	3,7	5,8	4,4	-2,2	3,6	6,5	35,8	29,3	4,7	11,5	12,1
Congo, Rep. do	2,0	-4,4	-6,4	-0,6	-7,0	-0,8	2,7	0,4	1,2	2,2	2,5	2,6
Côte d'Ivoire	6,0	7,4	6,8	6,5	1,8	6,2	1,8	0,7	0,4	0,8	1,2	1,4
Eritreia	6,5	-10,0	13,0	3,8	-0,6	5,7	8,5	-13,3	-14,4	-16,4	4,7	2,6
Essuatíni	2,8	2,0	2,4	1,1	-3,5	1,4	6,2	6,2	4,8	2,6	4,1	4,2
Etiópia ¹	9,9	10,2	7,7	9,0	1,9	-0,0	13,9	10,7	13,8	15,8	20,2	11,5
Gabão	4,9	0,5	1,0	3,8	-2,7	2,1	1,8	2,7	4,8	2,0	3,0	3,0
Gâmbia	1,5	4,8	7,2	6,1	-1,8	6,0	5,7	8,0	6,5	7,1	6,1	6,0
Gana	6,6	8,1	6,3	6,5	0,9	4,2	11,9	12,4	9,8	7,2	10,6	8,7
Guiné	5,4	10,3	6,2	5,6	1,4	6,6	12,9	8,9	9,8	9,5	9,1	8,0
Guiné Equatorial	-2,2	-5,7	-5,8	-6,1	-6,0	2,2	3,4	0,7	1,3	1,2	3,0	2,2
Guiné-Bissau	3,9	4,8	3,4	4,5	-2,9	3,0	1,7	-0,2	0,4	0,2	2,0	2,0
Lesoto	4,5	-1,0	0,4	1,0	-4,8	3,9	4,9	4,4	4,8	5,2	4,3	4,5
Libéria	4,3	2,5	1,2	-2,5	-3,0	3,2	8,1	12,4	23,5	27,0	11,9	9,5
Madagáscar	2,6	3,9	4,6	4,8	-3,2	3,2	7,1	8,6	8,6	5,6	4,3	5,5
Maláui	4,2	4,0	3,2	4,5	0,6	2,5	18,9	11,5	9,2	9,4	9,3	9,5
Mali	4,1	5,0	5,2	5,1	-2,0	4,0	1,4	1,8	1,7	-2,9	0,5	1,5
Maurícias	3,8	3,8	3,8	3,0	-14,2	9,9	3,2	3,7	3,2	0,5	2,5	3,2
Moçambique	6,6	3,7	3,4	2,3	-0,5	2,1	8,1	15,1	3,9	2,8	3,6	5,6
Namíbia	4,5	-0,3	0,7	-1,0	-5,9	3,4	5,4	6,1	4,3	3,7	2,3	3,4
Niger	6,2	5,0	7,2	5,9	0,5	6,9	1,0	0,2	2,8	-2,5	4,4	1,7
Nigéria	4,7	0,8	1,9	2,2	-4,3	1,7	11,1	16,5	12,1	11,4	12,9	12,7
Quênia	6,0	4,8	6,3	5,4	1,0	4,7	7,6	8,0	4,7	5,2	5,3	5,0
Rep. Centro-Africana	-1,9	4,5	3,8	3,0	-1,0	3,0	5,2	4,2	1,6	2,7	2,9	2,5
Ruanda	7,4	4,0	8,6	9,4	2,0	6,3	4,1	4,8	1,4	2,4	6,9	1,0
São Tomé e Príncipe	4,8	3,9	3,0	1,3	-6,5	3,0	9,2	5,7	8,3	8,4	7,9	8,0
Seicheles	5,0	4,4	3,8	3,9	-13,8	4,2	2,3	2,9	3,7	1,8	3,9	2,9
Senegal	4,6	7,4	6,4	5,3	-0,7	5,2	1,1	1,1	0,5	1,0	2,0	2,0
Serra Leoa	5,4	3,8	3,5	5,4	-3,1	2,7	6,9	18,2	16,0	14,8	15,7	15,5
Sudão do Sul	-6,8	-5,8	-1,9	0,9	4,1	-2,3	95,9	187,9	83,5	51,2	27,1	33,1
Tanzânia	6,6	6,8	7,0	7,0	1,9	3,6	8,7	5,3	3,5	3,4	3,6	3,7
Togo	6,1	4,4	4,9	5,3	0,0	3,0	1,6	-0,2	0,9	0,7	1,4	1,5
Uganda	4,9	7,3	6,1	6,7	-0,3	4,9	7,2	5,6	2,6	2,9	4,2	4,8
Zâmbia	5,7	3,5	4,0	1,4	-4,8	0,6	9,5	6,6	7,0	9,8	14,5	13,3
Zimbabué ²	8,2	4,7	3,5	-6,5	-10,4	4,2	1,1	0,9	10,6	255,3	622,8	3,7
África Subsariana	4,6	3,1	3,3	3,2	-3,0	3,1	8,0	10,7	8,4	8,5	10,6	7,9
Mediana	4,8	3,9	3,8	3,9	-2,2	3,4	4,8	4,8	3,9	2,8	4,1	3,7
Excl. África do Sul e Nigéria	5,5	4,8	4,8	4,6	-1,0	3,7	7,5	10,0	8,0	8,7	11,9	7,1
Países exportadores de petróleo	4,3	0,5	1,3	1,7	-4,0	2,1	10,5	17,0	12,2	11,1	12,7	12,5
Excl. Nigéria	3,2	-0,2	-0,3	0,5	-3,4	3,0	9,0	18,1	12,4	10,4	12,3	12,1
Países importadores de petróleo	4,7	4,7	4,4	4,0	-2,5	3,6	6,5	7,1	6,2	7,1	9,5	5,4
Excl. África do Sul	6,1	6,1	6,0	5,5	-0,4	3,9	7,1	7,9	6,9	8,3	11,9	6,0
Países de rendimento médio	4,1	2,1	2,3	2,2	-4,2	3,1	8,1	10,9	8,1	7,5	8,5	8,4
Excl. África do Sul e Nigéria	4,9	3,6	3,6	3,4	-1,9	4,2	7,3	9,8	7,0	6,3	7,9	7,4
Países de baixo rendimento	6,2	6,1	6,1	5,8	-0,0	3,1	7,7	10,1	9,2	11,3	16,4	6,7
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	6,7	7,3	6,7	7,2	0,8	2,8	8,1	7,4	6,9	6,8	9,3	6,4
Países em situação frágil	5,2	4,2	4,7	3,7	-1,2	4,4	5,4	11,3	9,8	15,1	22,5	5,7
Zona do franco CFA	4,5	4,0	4,4	4,6	-0,9	4,5	1,8	0,9	1,4	0,2	2,1	2,0
CEMAC	3,2	0,2	0,9	2,0	-3,2	3,0	2,4	0,8	2,1	1,8	2,8	2,5
UEMOA	5,4	6,4	6,4	6,0	0,3	5,3	1,4	0,9	1,0	-0,6	1,7	1,7
COMESA (países membros da ASS)	6,5	6,0	6,1	5,5	-0,7	3,1	8,3	10,3	9,5	13,6	19,2	7,7
CAO-5	5,9	5,7	6,5	6,2	1,0	4,5	7,7	6,7	3,6	4,0	4,7	4,3
CEDEAO	5,1	2,9	3,5	3,6	-2,5	3,0	9,2	12,4	9,3	8,2	9,9	9,4
SACU	2,3	1,4	1,0	0,3	-7,9	3,3	5,4	5,2	4,5	4,0	3,2	3,8
SADC	3,5	2,2	2,0	1,2	-5,5	3,3	7,0	10,5	8,3	9,6	12,3	7,1

Ver nota na página 20.

Tabela AE2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública

	Saldo orçamental global, incl. donativos (Em percentagem do PIB)						Dívida pública (Em percentagem do PIB)					
	2010-16	2017	2018	2019	2020	2021	2010-16	2017	2018	2019	2020	2021
África do Sul	-4,4	-4,4	-4,1	-6,3	-14,0	-11,1	43,7	53,0	56,7	62,2	78,8	82,8
Angola	0,3	-6,3	2,2	0,8	-2,8	-0,1	42,7	69,3	89,0	109,2	120,3	107,5
Benim	-2,0	-4,2	-3,0	-0,5	-3,7	-3,4	24,3	39,6	41,1	41,2	41,8	41,4
Botsuana	-0,2	-1,1	-4,6	-6,3	-8,8	-8,5	18,2	13,4	14,2	15,1	20,6	24,0
Burquina Faso	-2,8	-6,9	-4,4	-3,5	-6,1	-4,6	27,8	33,5	37,7	42,7	46,6	48,1
Burundi	-4,4	-4,8	-6,8	-8,3	-9,5	-8,7	40,8	44,7	50,5	57,4	65,0	68,9
Cabo Verde	-7,6	-3,0	-2,7	-1,8	-11,3	-9,6	102,2	127,2	125,6	125,0	136,8	137,6
Camarões	-3,3	-4,9	-2,5	-3,3	-4,1	-3,3	21,5	37,7	39,5	42,7	44,7	45,0
Chade	-2,0	-0,2	1,9	-0,2	-0,6	-1,2	36,4	50,3	49,1	44,3	46,4	44,4
Comores	2,2	0,4	-1,0	-2,2	-3,9	-2,7	19,8	18,4	21,1	25,2	30,4	32,4
Congo, Rep. Dem. do	0,1	1,4	-0,0	-2,1	-1,9	-0,3	21,7	19,1	15,3	14,7	16,1	13,4
Congo, Rep. do	-1,2	-5,9	5,8	5,8	-2,1	1,8	49,9	94,2	78,6	83,7	104,5	98,4
Côte d'Ivoire	-2,1	-3,3	-2,9	-2,3	-5,4	-4,1	37,4	36,9	39,7	37,9	41,7	42,6
Eritreia	-6,1	-6,0	4,2	-1,6	-5,2	-4,4	169,4	202,5	185,6	189,4	185,8	173,5
Essuatíni	-3,7	-7,0	-9,9	-7,3	-8,7	-6,4	16,0	25,1	33,8	38,0	47,9	49,9
Etiópia ¹	-1,8	-3,2	-3,0	-2,5	-3,5	-3,1	47,5	57,7	61,1	57,6	56,1	58,5
Gabão	1,1	-1,7	-0,2	2,1	-5,4	-3,6	34,0	62,9	60,9	62,4	73,9	70,5
Gâmbia	-4,3	-5,0	-6,1	-2,5	-3,8	-3,2	60,2	87,0	84,6	80,0	83,1	77,0
Gana	-7,1	-4,1	-7,0	-7,3	-16,4	-9,3	44,0	58,3	59,1	62,8	76,7	74,7
Guiné	-3,9	-2,1	-1,1	-0,5	-3,7	-3,1	43,9	40,5	38,0	34,5	44,9	45,9
Guiné Equatorial	-7,0	-2,6	0,5	1,8	-4,0	-2,2	16,3	36,2	39,2	41,1	51,2	48,2
Guiné-Bissau	-2,3	-1,3	-4,9	-4,6	-8,3	-5,2	53,5	50,7	60,2	67,6	79,8	79,0
Lesoto	-4,9	-1,8	-4,2	-5,6	-7,3	-7,9	39,1	38,0	46,5	46,5	47,2	45,8
Libéria	-3,3	-4,8	-5,1	-4,5	-3,5	-3,0	22,9	33,9	39,4	53,3	61,7	63,6
Madagáscar	-2,1	-2,1	-1,3	-1,4	-5,5	-5,3	35,9	40,0	39,9	38,4	44,2	45,0
Maláui	-4,1	-7,3	-5,5	-6,4	-9,2	-7,4	48,7	61,5	63,1	63,4	70,7	75,1
Mali	-2,6	-2,9	-4,8	-1,7	-6,2	-4,5	27,8	36,0	37,7	40,5	44,8	46,2
Maurícias	-3,0	-1,7	-2,2	-10,3	-11,7	-6,8	59,1	64,3	66,2	82,8	85,7	84,2
Moçambique	-5,2	-2,9	-6,8	-0,1	-7,1	-5,3	61,9	102,4	106,2	104,4	121,3	123,5
Namíbia	-6,1	-5,0	-5,3	-5,9	-9,6	-8,3	29,1	43,5	49,8	54,7	67,6	68,2
Níger	-3,3	-4,1	-3,0	-3,6	-4,8	-4,7	21,7	39,5	38,9	41,7	48,3	48,6
Nigéria	-2,1	-5,4	-4,3	-4,8	-6,7	-5,0	17,7	25,3	27,7	29,1	35,0	35,5
Quênia	-6,2	-7,8	-7,4	-7,7	-8,4	-8,5	45,3	56,9	60,2	62,1	66,4	70,5
Rep. Centro-Africana	-1,8	-1,1	-1,0	1,4	-2,3	-0,0	42,7	50,3	50,0	47,2	46,6	44,0
Ruanda	-2,0	-2,5	-2,6	-5,2	-7,7	-7,1	25,6	41,3	45,0	51,4	61,6	69,4
São Tomé e Príncipe	-7,0	-2,7	-1,9	-1,8	-4,6	-3,8	80,0	85,8	83,1	73,1	73,6	66,7
Seicheles	1,8	0,5	0,2	0,9	-15,5	-6,0	74,5	62,3	57,7	55,3	88,6	85,0
Senegal	-3,9	-3,0	-3,6	-3,8	-6,2	-4,5	38,1	61,1	63,2	64,1	65,4	65,4
Serra Leoa	-4,8	-8,8	-5,6	-2,7	-6,4	-4,0	42,9	69,2	69,1	70,0	77,4	78,5
Sudão do Sul	-9,1	3,3	6,3	0,3	-1,9	0,5	39,6	65,2	48,2	65,4	71,7	56,7
Tanzânia	-3,5	-1,2	-1,9	-1,7	-1,9	-2,8	32,0	37,7	38,7	38,2	38,5	39,2
Togo	-6,5	-0,3	-0,8	2,1	-7,1	-3,5	59,3	76,0	76,2	70,9	73,5	71,1
Uganda	-3,0	-2,7	-2,7	-5,0	-6,6	-6,9	23,2	33,8	35,1	38,2	46,0	50,9
Zâmbia	-5,0	-7,6	-8,4	-8,1	-6,0	-5,0	36,4	65,5	77,2	91,9	120,0	119,6
Zimbabwe ²	-1,3	-8,1	-4,5	-1,6	-1,8	-0,8	43,3	52,9	37,3	10,8	2,4	2,2
África Subsariana	-3,0	-4,5	-3,5	-4,2	-7,6	-5,9	32,9	45,7	48,5	50,4	56,6	57,8
<i>Mediana</i>	-3,2	-3,0	-3,0	-2,5	-6,0	-4,5	36,9	50,3	49,8	54,7	61,7	63,6
Excl. África do Sul e Nigéria	-2,8	-4,1	-2,9	-3,2	-5,9	-4,5	37,1	51,8	54,4	56,4	60,4	60,4
Países exportadores de petróleo	-1,8	-5,3	-2,4	-3,3	-5,9	-4,0	23,6	38,4	42,1	44,0	47,5	46,4
Excl. Nigéria	-1,3	-5,0	1,3	0,4	-3,3	-1,4	36,4	61,9	70,2	79,9	84,1	76,8
Países importadores de petróleo	-3,9	-4,0	-4,1	-4,8	-8,6	-7,0	40,2	50,1	52,2	54,2	62,0	64,4
Excl. África do Sul	-3,6	-3,8	-4,1	-4,1	-6,5	-5,2	37,8	48,5	49,8	50,4	55,5	56,8
Países de rendimento médio	-3,1	-5,0	-3,8	-4,9	-8,8	-6,7	32,3	45,6	49,4	52,4	59,8	60,7
Excl. África do Sul e Nigéria	-3,0	-5,1	-3,2	-4,0	-7,6	-5,4	38,2	55,9	61,2	66,4	72,0	70,2
Países de baixo rendimento	-2,7	-2,8	-2,5	-2,3	-4,0	-3,5	35,7	46,2	45,6	44,6	47,9	49,1
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	-2,9	-3,0	-3,0	-2,6	-4,2	-4,1	35,5	47,9	50,0	49,9	52,4	53,9
Países em situação frágil	-2,1	-2,9	-1,6	-1,5	-4,1	-2,7	37,3	44,7	41,3	38,7	43,2	43,6
Zona do franco CFA	-2,6	-3,6	-2,0	-1,5	-4,9	-3,5	31,1	45,7	46,7	47,6	51,7	51,3
CEMAC	-2,6	-3,5	0,0	0,0	-3,6	-2,3	29,0	51,0	50,0	51,8	57,6	55,5
UEMOA	-2,8	-3,6	-3,4	-2,4	-5,6	-4,2	33,4	42,3	44,5	45,0	48,4	48,9
COMESA (países membros da ASS)	-3,1	-4,4	-4,2	-4,8	-5,8	-5,2	39,1	50,4	51,2	51,6	55,8	58,7
CAO-5	-4,4	-4,6	-4,7	-5,4	-6,1	-6,5	35,1	45,9	48,5	50,2	54,3	57,6
CEDEAO	-2,7	-4,8	-4,3	-4,4	-7,3	-5,2	23,4	33,5	35,8	36,7	43,0	43,5
SACU	-4,3	-4,3	-4,3	-6,3	-13,5	-10,8	41,9	50,5	54,2	59,3	74,9	78,8
SADC	-3,2	-4,2	-3,0	-4,4	-9,1	-7,2	40,8	52,9	57,0	61,6	71,3	72,8

Ver nota na página 20.

Tabela AE3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos												
	Moeda em sentido lato (Em percentagem do PIB)						Conta corrente externa, incl. donativos (Em percentagem do PIB)					
	2010-16	2017	2018	2019	2020	2021	2010-16	2017	2018	2019	2020	2021
África do Sul	73,0	72,2	72,8	74,1	79,0	77,5	-3,9	-2,5	-3,5	-3,0	-1,6	-1,8
Angola	35,8	32,2	29,3	31,3	30,0	28,7	3,1	-0,5	7,0	5,7	-1,3	0,1
Benim	27,7	28,6	27,9	27,8	27,8	27,8	-5,2	-4,2	-4,6	-4,3	-5,5	-4,8
Botsuana	43,6	40,2	41,2	42,9	44,3	42,1	5,7	5,3	0,6	-7,6	-2,5	-3,1
Burquina Faso	28,1	38,6	38,9	41,3	47,2	50,5	-5,0	-5,0	-4,1	-4,8	-3,5	-3,5
Burundi	24,1	23,6	28,6	35,6	39,5	43,5	-16,9	-15,0	-14,5	-17,9	-20,7	-20,8
Cabo Verde	89,6	104,6	100,0	102,0	102,6	100,5	-8,9	-7,8	-5,2	0,3	-15,2	-10,0
Camarões	21,7	22,6	24,4	24,4	25,0	25,0	-3,4	-2,7	-3,6	-4,4	-5,4	-4,5
Chade	13,7	15,3	14,9	17,0	18,0	17,3	-9,2	-7,1	-1,4	-4,9	-13,3	-9,7
Comores	23,2	27,2	28,2	28,0	27,7	27,5	-2,8	-2,1	-2,8	-3,8	-2,1	-1,5
Congo, Rep. Dem. do	11,5	13,5	12,8	15,4	16,9	17,1	-6,0	-3,3	-3,6	-3,8	-4,8	-4,0
Congo, Rep. do	27,8	27,4	22,8	24,9	25,9	27,3	-6,0	-3,3	1,5	3,5	-5,7	-1,9
Côte d'Ivoire	11,2	10,1	10,2	11,7	10,7	10,8	1,0	-2,0	-3,6	-2,7	-3,7	-2,9
Eritreia	185,5	252,5	239,7	237,7	231,9	222,8	10,0	24,0	15,4	12,1	10,1	10,8
Essuatíni	25,6	29,3	28,9	27,7	30,2	32,0	4,8	6,2	1,3	4,2	1,0	5,7
Etiópia ¹	27,5	31,3	33,7	32,9	31,0	31,3	-6,4	-8,5	-6,5	-5,3	-4,5	-4,6
Gabão	23,2	22,7	24,3	23,3	27,3	28,7	8,0	-7,0	-3,2	-0,3	-9,1	-6,0
Gâmbia	35,5	40,1	41,9	46,9	50,1	48,4	-7,9	-7,4	-9,5	-5,3	-8,5	-10,8
Gana	23,5	25,8	25,4	26,6	29,4	29,5	-7,0	-3,4	-3,1	-2,7	-3,4	-2,9
Guiné	24,6	23,9	22,5	24,0	23,7	21,8	-16,4	-6,7	-18,7	-13,7	-20,5	-15,7
Guiné Equatorial	14,9	16,5	15,1	15,5	18,3	17,8	-9,0	-5,8	-5,4	-5,9	-9,6	-5,8
Guiné-Bissau	35,1	41,1	43,7	43,4	45,5	44,6	-2,5	0,3	-3,6	-8,5	-12,1	-4,2
Lesoto	34,3	33,1	33,0	33,5	34,2	34,2	-7,6	-2,5	-1,3	-8,4	-13,3	-11,9
Libéria	20,2	18,6	19,6	20,3	21,2	21,7	-17,7	-22,6	-22,5	-21,5	-21,4	-21,6
Madagáscar	22,2	25,8	25,5	24,8	27,1	27,8	-4,3	-0,4	0,7	-2,3	-4,2	-2,9
Maláui	24,4	23,6	23,6	22,6	22,6	22,6	-11,2	-25,6	-20,5	-17,1	-19,2	-19,3
Mali	26,0	27,0	29,2	29,6	30,6	30,6	-5,4	-7,3	-4,9	-4,2	-2,0	-1,2
Maurícias	101,3	114,2	115,3	120,8	149,5	149,5	-7,1	-4,6	-3,9	-5,4	-13,3	-10,7
Moçambique	31,2	34,3	34,7	37,1	39,5	40,5	-32,3	-19,7	-29,6	-20,4	-60,0	-68,9
Namíbia	58,5	57,5	58,2	64,0	66,1	66,1	-8,0	-3,9	-2,8	-2,3	-4,4	-2,1
Níger	17,2	17,7	15,8	17,1	16,9	16,9	-13,1	-11,4	-12,6	-12,6	-16,8	-19,2
Nigéria	21,2	24,7	25,4	23,9	24,2	24,4	1,6	2,8	1,0	-3,8	-3,6	-2,0
Quênia	41,4	37,1	37,5	36,2	36,4	36,8	-7,9	-7,2	-5,7	-5,8	-4,9	-5,4
Rep. Centro-Africana	21,8	25,0	27,1	28,0	30,1	28,8	-7,5	-7,8	-8,0	-4,9	-5,6	-5,3
Ruanda	20,6	23,3	25,0	26,3	25,4	28,9	-10,3	-7,5	-7,9	-9,2	-16,7	-10,5
São Tomé e Príncipe	38,3	32,9	35,6	32,5	33,4	33,4	-18,0	-13,2	-12,3	-12,5	-17,0	-11,7
Seicheles	62,8	76,4	77,6	84,1	88,2	84,1	-19,7	-20,1	-17,9	-16,7	-28,3	-25,7
Senegal	31,3	37,8	40,7	41,2	43,1	44,4	-6,3	-7,3	-8,8	-7,7	-9,2	-9,9
Serra Leoa	22,7	23,7	23,0	22,5	23,9	23,7	-24,4	-21,0	-18,7	-13,5	-12,1	-13,3
Sudão do Sul	19,8	13,7	13,5	14,5	21,9	21,2	0,8	-3,1	-7,5	0,9	14,6	-9,2
Tanzânia	23,1	20,7	20,4	20,4	20,8	21,1	-9,0	-2,6	-3,0	-2,3	-3,2	-4,4
Togo	46,3	56,0	57,2	55,6	58,1	57,9	-9,3	-2,0	-3,5	-4,3	-6,3	-4,4
Uganda	16,8	18,9	18,5	19,7	20,5	20,3	-5,8	-4,8	-6,8	-6,5	-8,0	-5,9
Zâmbia	20,7	22,0	22,3	22,8	23,4	23,0	1,8	-1,7	-1,3	0,6	-1,0	0,0
Zimbabué ²	22,1	28,5	23,6	20,9	20,2	21,8	-10,9	-1,3	-5,9	1,1	-3,6	-2,0
África Subsariana	35,6	36,2	36,3	36,3	37,2	37,1	-2,6	-2,3	-2,7	-3,6	-4,8	-4,1
Mediana	25,5	27,2	27,9	27,8	29,4	28,8	-6,5	-4,6	-4,1	-4,8	-5,6	-4,8
Excl. África do Sul e Nigéria	28,0	29,0	29,0	29,6	30,3	30,5	-4,6	-4,5	-3,9	-3,8	-6,4	-5,9
Países exportadores de petróleo	23,2	25,3	25,4	24,7	25,0	24,9	1,3	1,0	1,4	-2,3	-3,8	-2,3
Excl. Nigéria	27,9	26,8	25,4	26,6	26,8	26,3	0,3	-2,2	2,2	1,4	-4,4	-3,2
Países importadores de petróleo	44,0	42,9	42,8	43,0	44,2	44,0	-5,6	-4,3	-4,9	-4,4	-5,3	-5,1
Excl. África do Sul	28,1	29,6	29,9	30,4	31,0	31,4	-6,8	-5,2	-5,7	-5,1	-6,8	-6,4
Países de rendimento médio	39,0	39,5	39,7	39,6	40,8	40,6	-1,2	-1,1	-1,3	-2,9	-3,5	-2,7
Excl. África do Sul e Nigéria	31,3	31,2	31,0	31,8	32,6	32,6	-1,7	-3,1	-1,6	-2,1	-4,6	-3,8
Países de baixo rendimento	24,0	26,6	26,9	27,4	27,8	28,1	-8,9	-6,3	-6,9	-5,8	-8,3	-8,2
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	23,9	26,6	27,2	27,4	27,6	28,1	-9,7	-6,7	-7,0	-6,0	-8,6	-8,7
Países em situação frágil	21,3	22,2	21,7	22,7	23,1	23,1	-5,4	-4,8	-5,6	-4,3	-6,5	-5,6
Zona do franco CFA	21,3	23,4	23,9	24,7	25,7	26,1	-3,4	-4,7	-4,5	-4,2	-6,4	-5,4
CEMAC	20,4	21,4	21,8	22,3	23,9	24,0	-3,3	-4,6	-3,0	-2,8	-7,5	-5,3
UEMOA	22,0	24,5	25,2	26,1	26,8	27,3	-3,9	-4,8	-5,5	-5,0	-5,8	-5,5
COMESA (países membros da ASS)	30,3	32,2	32,7	32,7	33,1	33,7	-6,2	-5,7	-5,3	-4,8	-5,8	-5,2
CAO-5	28,4	27,8	28,0	27,8	28,1	28,6	-8,1	-5,5	-5,4	-5,2	-5,7	-5,7
CEDEAO	21,9	25,0	25,5	24,9	25,6	25,8	-0,6	-0,1	-1,6	-4,3	-4,6	-3,4
SACU	70,4	69,4	70,0	71,4	75,9	74,4	-3,5	-2,1	-3,3	-3,2	-1,8	-1,8
SADC	53,2	51,2	50,6	51,7	53,9	53,1	-3,7	-2,5	-2,4	-2,3	-4,2	-4,0

Ver nota na página 20.

Tabela AE4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas

	Dívida externa, dívida oficial, por devedor (Em percentagem do PIB)						Reservas (Em meses de importações de bens e serviços)					
	2010-16	2017	2018	2019	2020	2021	2010-16	2017	2018	2019	2020	2021
África do Sul	13,6	21,3	18,2	22,3	31,5	30,9	5,3	5,6	6,0	8,2	6,7	5,8
Angola	25,2	38,2	46,5	57,7	85,6	79,3	8,1	8,4	8,7	12,4	9,9	10,2
Benim ¹	13,2	16,8	18,6	24,0	25,1	24,7
Botsuana	15,7	12,6	11,3	10,9	10,5	10,0	11,8	12,3	10,7	13,8	10,4	8,8
Burquina Faso ¹	21,0	22,1	20,7	23,5	26,7	24,1
Burundi	20,4	15,6	16,2	17,4	21,9	24,4	3,1	1,3	0,7	1,1	1,1	1,1
Cabo Verde	75,0	100,6	100,2	101,9	112,8	109,0	5,0	5,3	5,9	8,8	7,0	6,5
Camarões ²	13,6	26,3	27,6	29,8	33,6	31,8
Chade ²	23,6	26,8	24,9	24,4	29,3	25,4
Comores	18,6	17,8	18,9	23,5	29,8	31,2	7,0	6,8	6,9	6,8	7,5	8,0
Congo, Rep. Dem. do	16,6	14,6	12,9	12,6	13,7	11,4	1,2	0,4	0,5	0,8	0,8	1,3
Congo, Rep. do ²	21,9	32,1	29,3	33,5	47,3	43,5
Côte d'Ivoire ¹	24,1	24,0	26,9	26,7	32,0	30,6
Eritreia	62,2	70,9	64,4	61,7	58,3	53,6	4,1	2,3	2,6	2,2	2,0	3,1
Essuatíni	7,9	8,9	9,8	11,7	21,3	23,5	4,0	3,3	2,8	3,2	3,2	4,0
Etiópia ³	22,9	29,1	30,6	28,5	29,2	32,7	2,0	2,0	1,7	2,2	2,1	2,7
Gabão ²	23,9	40,6	38,5	38,9	51,3	49,4
Gâmbia	32,0	45,8	45,5	43,8	47,5	44,9	4,0	2,8	2,7	4,2	4,9	4,6
Gana	21,8	29,1	30,6	30,3	34,5	32,0	2,7	2,8	2,6	3,6	2,7	2,7
Guiné	28,7	20,5	19,3	19,3	29,8	32,8	2,3	1,4	2,1	2,5	2,3	2,4
Guiné Equatorial ²	7,4	9,2	11,7	13,5	21,1	21,7
Guiné-Bissau ¹	24,7	18,2	21,1	25,0	30,2	28,0
Lesoto	33,3	36,4	36,2	36,7	44,1	37,2	5,0	4,5	3,5	4,6	3,8	3,2
Libéria	11,8	24,1	28,5	34,2	40,7	45,3	1,9	2,5	2,3	2,3	2,4	2,8
Madagáscar	22,6	24,8	25,6	27,0	31,7	33,6	2,8	3,8	4,3	5,3	3,9	4,0
Maláui	21,8	32,8	31,1	29,7	29,6	30,6	2,0	3,1	3,0	3,2	2,7	2,3
Mali ¹	21,4	26,2	24,0	26,2	28,6	26,6
Maurícias	14,1	12,9	11,2	10,9	18,3	20,0	6,1	9,5	10,3	17,7	11,1	10,6
Moçambique	50,7	94,3	90,5	88,5	96,5	105,6	3,1	3,8	3,8	3,7	3,0	2,2
Namíbia	9,3	16,0	15,9	18,4	21,8	19,3	2,6	1,7	2,0	2,7	1,5	1,7
Níger ¹	14,9	25,2	23,2	25,4	31,2	31,0
Nigéria	1,8	5,0	6,3	6,2	7,9	8,0	5,8	6,6	5,1	5,9	2,5	1,5
Quênia	22,6	28,8	30,5	31,8	33,7	36,1	4,2	4,3	4,8	6,1	4,9	4,2
Rep. Centro-Africana ²	22,3	29,5	26,9	26,1	26,4	24,0
Ruanda	20,5	36,2	39,6	44,5	53,4	60,3	4,8	4,4	4,7	5,7	4,0	4,3
São Tomé e Príncipe	77,9	78,0	66,3	66,7	73,6	66,7	4,0	3,5	2,7	3,5	4,9	5,1
Seicheles	41,2	29,3	28,4	26,9	45,1	46,2	3,3	3,5	3,6	6,0	2,7	2,7
Senegal ¹	26,5	39,4	44,9	47,1	49,2	45,1
Serra Leoa	28,1	40,6	38,9	40,0	47,1	52,5	2,7	4,0	3,5	3,9	4,5	4,1
Sudão do Sul	2,4	0,1	0,1	0,8	0,2	0,2
Tanzânia	23,8	28,6	28,9	28,1	28,0	28,0	4,2	6,3	5,9	5,8	5,2	4,3
Togo ¹	16,3	21,1	19,7	23,5	31,6	29,6
Uganda	13,6	21,7	23,5	26,2	29,6	29,7	4,7	5,1	4,1	4,4	3,7	3,2
Zâmbia	19,3	36,7	41,7	50,9	68,7	68,9	3,0	2,2	2,1	2,1	0,7	0,0
Zimbabué ⁴	36,1	31,1	33,9	38,4	51,0	88,9	0,5	0,5	0,2	0,2	0,2	0,2
África Subariana	14,0	21,7	22,1	23,4	28,1	27,9	5,1	5,4	5,0	6,2	4,1	3,6
Mediana	21,4	26,5	27,3	26,9	31,5	31,5	3,6	3,5	3,5	3,9	3,2	3,2
Excl. África do Sul e Nigéria	21,8	29,3	30,7	32,3	37,2	36,9	4,5	4,6	4,3	5,4	4,1	4,0
Países exportadores de petróleo	7,9	15,2	16,7	16,8	20,3	19,6	6,2	7,0	5,8	6,9	3,4	2,5
Excl. Nigéria	21,5	33,7	37,4	43,3	57,3	52,9	7,7	8,2	8,3	11,8	9,3	9,5
Países importadores de petróleo	18,6	25,6	25,2	27,2	32,6	32,7	4,3	4,5	4,5	5,8	4,6	4,2
Excl. África do Sul	22,1	27,9	28,8	29,6	33,1	33,5	3,5	3,7	3,5	4,4	3,5	3,4
Países de rendimento médio	11,9	19,8	20,3	21,7	26,9	26,4	5,6	6,0	5,6	7,1	4,6	3,8
Excl. África do Sul e Nigéria	21,2	30,1	32,7	35,4	42,4	40,9	5,8	5,9	5,8	7,8	5,6	5,3
Países de baixo rendimento	22,9	28,3	28,2	28,6	31,4	32,4	2,8	3,0	2,8	3,1	2,8	2,9
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	22,5	30,6	31,3	31,4	33,4	34,9	3,4	4,0	3,7	4,0	3,4	3,4
Países em situação frágil	23,5	24,7	24,4	25,0	29,9	29,4	1,8	1,1	1,1	1,4	1,4	1,8
Zona do franco CFA	19,3	26,3	27,2	29,1	34,1	32,1	5,0	3,4	3,9	5,1	4,4	4,0
CEMAC	17,0	27,2	27,2	29,1	36,1	33,9	4,8	2,3	2,7	3,5	3,4	3,7
UEMOA	21,5	25,7	27,3	29,0	33,0	31,1	5,1	4,0	4,6	6,0	5,0	4,2
COMESA (países membros da ASS)	20,9	26,6	27,6	28,5	31,9	34,0	3,1	3,1	3,1	4,0	3,1	3,2
CAO-5	20,8	27,6	29,0	30,1	32,1	33,5	4,3	5,0	4,9	5,6	4,7	4,0
CEDEAO	7,6	13,1	14,7	14,4	17,3	17,1	5,4	5,9	4,6	5,5	2,6	1,7
SACU	13,6	20,7	17,9	21,6	30,1	29,4	5,4	5,7	6,0	8,2	6,7	5,8
SADC	18,2	26,4	25,7	29,2	37,9	37,1	5,3	5,6	5,7	7,5	5,9	5,4

Ver nota na página 20.